

CADERNOS DE GEOGRAFIA

NÚMERO ESPECIAL

INSTITUTO DE ESTUDOS GEOGRÁFICOS
com a colaboração do Centro de Estudos Geográficos

FACULDADE DE LETRAS • UNIVERSIDADE DE COIMBRA

ACTAS DO TERCEIRO COLÓQUIO DE GEOGRAFIA DE COIMBRA
COIMBRA 2001



POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL

Mesa Redonda coordenada por Paula Santana*

Paula Santana - Começo por apresentar a constituição deste painel que irá discutir o tema desta mesa redonda: POBREZA E EXCLUSÃO SOCIAL.

À minha direita, o Senhor Professor Correia de Campos, Presidente do Instituto Nacional de Administração, Professor Catedrático da Universidade Nova de Lisboa. Tem vindo a trabalhar na área da solidariedade social e presidiu ao Livro Branco da Segurança Social.

À minha esquerda, o Senhor Professor Nuno Grande, Professor Catedrático do Instituto das Ciências Biomédicas Abel Salazar, Pró-Reitor da Universidade do Porto e referência internacional nas questões da medicina familiar.

Senhora Professora Lina Coelho, Vice-presidente da Comissão de Coordenação da Região Centro, a representar o Presidente, Senhor Engenheiro João Vasco Ribeiro.

O Senhor Professor Luís Capucha, Director Geral do Departamento de Estudos, Perspectiva e Planeamento do Ministério do Trabalho e Solidariedade, Professor do ISCTE e um especialista de reconhecido mérito na área da pobreza.

O Senhor Arquitecto José António Bandeirinha é docente da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra, no Departamento de Arquitectura, e está a terminar uma tese de doutoramento na área de habitação social.

É com esta mesa – Pobreza e exclusão Social - que vamos encerrar os trabalhos deste Colóquio, aproveitando este momento para agradecer a todos os que contribuíram, directa ou indirectamente, para a sua concretização e, concretamente, aos elementos presentes nesta mesa redonda.

A organização deste Colóquio decidiu incluir este tema nos seus trabalhos porque os valores da pobreza relativa encontrados em algumas áreas geográficas ou em alguns grupos populacionais do nosso País são preocupantes e merecem a nossa reflexão. Por isso se desenhou esta mesa redonda e se convidaram especialistas de mérito comprovado para debater, com todos os presentes, alguns pressupostos que passo a apresentar:

Primeiro. A pobreza é, genericamente, uma posição precária que resulta das condições económicas e financeiras. As formas tradicionais de pobreza (velhos e isolados,

por exemplo) têm vindo a diminuir enquanto outras formas de pobreza emergem em consequência das mudanças demográficas (aumento da esperança de vida e da imigração) e sociais (crescimento dos dependentes de álcool e drogas duras, aumento dos reclusos) e, ainda, embora com tendência a diminuir de expressão, as relacionadas com o mercado de trabalho (aumento do trabalho temporário, familiares trabalhadores sem salário, trabalhadores com baixas qualificações).

Segundo. A exclusão social é um processo que transporta as pessoas para o isolamento, as afasta das redes sociais e do consumo de bens essenciais, tais como a saúde. O baixo rendimento tem consequências directas na pobreza e indirectas na exclusão social de alguns grupos. Em Portugal, os pobres e os excluídos partilham os mesmos problemas: saúde precária, baixo salário, desemprego e incapacidade para fazer face a novas situações no mercado de trabalho. Por isso, os pobres e os excluídos podem encontrar-se nos mesmos grupos: velhos sós, pessoas com baixa escolaridade que vivem em áreas suburbanas e rurais, desempregados de longa duração, mães que vivem sós (solteiras, divorciadas, viúvas), crianças que vivem em agregados familiares pobres, presos e ex-presos, dependentes de álcool e de drogas, minorias étnicas e imigrantes.

Terceiro. Em Portugal, com base num levantamento realizado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade, em 1996¹, conclui-se ser a doença (40%) a principal razão apontada como causa da diminuição do rendimento. Outros estudos revelam, genericamente, problemas físicos ou psíquicos como factores de riscos associados quer a pobreza quer a exclusão social. Por outro lado, baixos rendimentos podem provocar maus resultados em saúde. Por isso se verifica que, por exemplo, o desemprego tem uma forte associação quer directa quer indirectamente com a saúde, sendo simultaneamente uma sua causa e um seu efeito.

Quarto. Qualquer Estado deve atacar as diferentes formas de pobreza, porque a pobreza afecta a economia, especialmente quando passa de geração em geração, provocando exclusão social, conflitos sociais e perda de pro-

¹ Ministério do Trabalho e Solidariedade (1999) - *Execução da medida e caracterização dos beneficiários*. Relatório Semestral MTS/IDS. Lisboa 1999.

* Reprodução a partir de gravação áudio.

atividade. Segundo CAMPOS (2000)² a pobreza consome o capital humano e coloca em perigo a estabilidade e a coesão social. Na agenda política do País estão consignadas alterações na política da segurança social com vista à diminuição das desigualdades nos rendimentos, através de uma maior cobertura da população e, por conseguinte, na diminuição da pobreza.

Quinto. As condições de vida, nomeadamente a qualidade da habitação (salubridade, conforto, dimensão, etc.), a localização da habitação relativamente ao local de trabalho/ensino/compras/amigos/familiares, dos grupos mais desfavorecidos, têm sido marcadas por processos de decisão que nem sempre resultam em formas de coesão social ou de integração dos grupos desfavorecidos na vida da cidade ou do bairro. É longa a lista de situações de marginalização territorial a que têm sido votados os pobres. As consequências deste facto têm tido repercussões negativas na alteração da condição de pobreza ou na inclusão social. Os territórios marginais constituem-se como áreas de insegurança, criminalidade, consumo de drogas pesadas, repulsivas e vandalizadas.

Sexto. Algumas medidas como o aumento da literacia, da formação profissional, da educação em geral e da educação para a saúde, a melhoria das condições dos alojamentos individuais e da sua integração no espaço urbano, o desenvolvimento das condições de acesso aos serviços públicos, nomeadamente os serviços de saúde, podem influenciar positivamente as situações dos grupos desfavorecidos aumentando as suas autonomia e auto-estima, tendo como resultado final a quebra do círculo instalado da pobreza.

Sétimo. Por fim, querem os Geógrafos poder ter uma maior participação no diagnóstico e prevenção das situações de pobreza e exclusão social, principalmente quando para elas convergem os riscos associados às condições do LOCAL.

Convido o Senhor Professor Luís Capucha a equacionar alguns destes aspectos começando por:

- *Caracterizar os fenómenos em questão (Pobreza e Exclusão Social).*
- *Apresentar as tendências desses fenómenos. A pobreza está a diminuir em Portugal? E a exclusão social?*

Luís Capucha - Muito obrigado e muito boa tarde. Deixe que agradeça em primeiro lugar o convite que aceitei com muito gosto, para estar aqui a reflectir sobre um tema que, de facto, me é caro e que tem ocupado

grande parte do meu trabalho. E acredite que, pelo facto de eu não dar uma resposta imediata e directa relativamente à dinâmica da pobreza – se está a aumentar ou a diminuir – é porque as dificuldades que se colocam a este nível são, em primeiro lugar, de ordem conceptual, ou seja nem sempre se está a falar das mesmas coisas quando se fala de pobreza. Os conceitos de pobreza podem ser abordados em dois ângulos: 1. pobreza absoluta, ou seja a que resulta da distância que existe, por parte de algumas pessoas e de algumas famílias e de alguns grupos, em relação à satisfação de necessidades básicas; 2. pobreza relativa, ou seja a diferença em relação a padrões de vida tidos por minimamente dignos em cada sociedade. Parece-me que hoje, aqui, estaremos a falar num conceito de pobreza relativa, que é geralmente aquele que se mede e aquele que tem sido medido em Portugal e na União Europeia. E depois, às vezes, quando se traz ao debate o conceito de exclusão social introduzem-se outras dimensões do problema que têm a ver com as questões políticas, dos direitos e da cidadania ou, ainda, questões sociais da natureza e das forças dos laços que ligam as pessoas aos seus grupos, às comunidades e à sociedade, no fundo. Portanto, em primeiro lugar, há que esclarecer que podemos estar a falar, efectivamente, de coisas bastante diferentes - quando geralmente falamos da evolução da pobreza em termos da sua prevalência, ou da sua dimensão, o que estamos a falar basicamente é de um conceito de pobreza relativa. Por outro lado, a resposta também não pode ser clara, porque as fontes que temos ao nosso dispor não são as melhores. Existem variáveis macro-económicas importantes, para as quais existem estatísticas que nos indicam a evolução dos principais indicadores todos os dias. Se não for todos os dias, todas as semanas e, no pior dos casos, todos os meses. Por exemplo, quando passamos para as estatísticas do emprego, temos estatísticas que nos indicam a evolução dos principais indicadores, trimestralmente. E quando passamos para a área da pobreza, temos estatísticas que nos indicam a evolução dos fenómenos de cinco em cinco anos, o que quer dizer que temos geralmente bastante dificuldade em responder, principalmente quando estamos em fim de ciclo. Por isso é difícil responder de uma forma directa à questão que me colocou relativa à evolução do fenómeno. Para além disso, como já disse, as fontes não são propriamente as melhores. Neste momento existem algumas fontes, por exemplo um inquérito nacional, que é o Inquérito aos Orçamentos Familiares. O primeiro é do princípio dos anos 80, seguiu-se outro no princípio dos anos 90 e os dois últimos são de 1995 e de 2000. Os resultados do último deverão estar a aparecer rapidamente. E há uma outra estatística que é *Household Panel* - um inquérito em painel de nível europeu - que se vem a aplicar desde

² CAMPOS, A. (2000) – *Solidariedade Sustentada – Reformar a Segurança Social*. Gradiva, Lisboa.

1994, cujos resultados publicados neste momento são apenas os de 95, na globalidade. Apenas temos informação até 1996. Não se conhece daí para a frente, porque há países que, não é o caso de Portugal, que têm impedido, têm cerceado a possibilidade de publicação por parte da Eurostat dos resultados desse *Household Pannel*. Por vezes também são alterados os indicadores o que dificulta as comparações. Por exemplo, até há três ou quatro anos atrás usava-se um indicador 50% do rendimento médio disponível num país, como limiar da pobreza. Agora utiliza-se, de uma maneira geral para efeitos comparativos internacionais, uma linha correspondente a 60% da mediana, portanto do rendimento mediano nos diferentes países. Esta introdução serve apenas para explicar quão difícil é dar resposta directa, curta e dura. Diria que, genericamente, tanto quanto parecem ser as indicações básicas, a pobreza estabilizou com uma ligeiríssima diminuição na década de 80. Houve alguma recomposição interna dos grupos pobres no sentido, por exemplo, de se verificar uma diminuição da pobreza nos camponeses e nos trabalhadores agrícolas, aumentando o peso dos pensionistas. Entre 1990 a 1995, houve um agravamento significativo da pobreza, com uma quase explosão dos indicadores de desigualdade social. Foi o período também da crise de 1993 com todos os efeitos que teve sobre o desemprego e sobre a distribuição dos rendimentos. Essa crise vê reforçados os efeitos da pobreza pelo facto das respostas terem tido cariz neo-liberal, estimulando os sectores mais competitivos da economia, a custo de alguma desprotecção a nível dos sectores menos competitivos e, também, com custo de algum nível de desempenho das políticas sociais. Logo, a pobreza a partir daí aumentou. De 1995 para cá não são ainda conhecidos os indicadores do mesmo inquérito, que é o inquérito aos orçamentos familiares, o que nos dificulta ou impossibilita uma resposta mais concreta e actual. A minha expectativa é que tenha diminuído a pobreza. Já agora explico como é que tenho essa expectativa. É que o *Household Pannel* dava a Portugal uma taxa de pobreza, medida por 60% do rendimento mediano de 23% em 1995; e o mesmo resultado foi de 20% em 1996. Nesse ano, deixámos de ser o país com a maior taxa de pobreza, passando esse lugar a ser ocupado pela Grécia. Todavia não podemos estar contentes com isso porque, apesar de tudo, ainda estamos bastante longe da média europeia, que era na altura na ordem dos 17,2%. É claro que os dados de 96 não têm em conta um conjunto de políticas e de medidas que foram iniciadas nessa altura. O caso mais conhecido talvez seja o caso do Rendimento Mínimo Garantido (RMG) que se generalizou um ano depois e, portanto, terá estado em funcionamento corrente a partir de 98/99. E estudos feitos por exemplo pelo Prof. Carlos Farinha indicam que o impacto do RMG, a taxa de

variação do rendimento no perfil mais baixo da distribuição dos rendimentos em Portugal, terá sido de um acréscimo de cerca de 10%, o que é significativo. Talvez não tanto em termos dos níveis globais de pobreza mas principalmente em termos da intensidade dos sectores de menores rendimentos da população, que são exactamente aqueles a que se dirige o RMG. Por outro lado, outra indicação que pode ser não satisfatória mas, apesar de tudo, indiciadora de alguma melhoria na situação, é o peso dos baixos salários entre a população portuguesa. Quanto a isso, a taxa de trabalhadores de baixos salários - considera-se aqui como trabalhadores de baixos salários os que têm salários abaixo de 2/3 da mediana do ganho mensal - eram 13,2% em 1991, passando para 14,7% em 1994 e atingiram cerca de 11,6% em 1998, o que quer dizer que terá havido uma tendência para a diminuição. Este decréscimo entre 1994 e 1998 está de acordo, aliás, com aquilo que são projecções conhecidas e às vezes criticadas, por exemplo no plano europeu, para algum aumento dos níveis médios da remuneração do trabalho, principalmente nos sectores de mais fracos recursos. Portanto, diria que, em resumo, quanto a esta questão não tenho a certeza. Vamos esperar lá por Abril ou Maio; o INE tem prometidos dados fresquinhos das duas fontes, do inquérito ao orçamentos familiares e do *Household Pannel*, mas enfim tenho razões para acreditar que a situação, estando longe de ser satisfatória e continuando a estar bastante longe daquilo que são as nossas expectativas e os nossos desejos - já agora permita só que lhe diga que nesta matéria, quanto maiores as expectativas e os desejos, maior o nível de insatisfação que as pessoas têm com os problemas e, a Europa, é provavelmente o único continente que trata a sério dos problemas da pobreza apesar de ser exactamente, e se calhar por isso mesmo, o continente onde existem mais medidas para combater a pobreza e onde a pobreza é mais reduzida - há provavelmente uma melhoria nos nossos indicadores nesta matéria.

Paula Santana - *Será possível identificar as principais razões (já identificou algumas), que colocam Portugal, ou melhor, persistem em colocar Portugal nos primeiros lugares da União Europeia?*

Luís Capucha - Creio que sim. Tem havido um debate acerca dessa matéria na Europa a que nós muitas vezes somos conduzidos, não só pela referência à nossa própria situação e aos nossos próprios problemas, mas por os problemas se assemelharem aos nossos. A tese a respeito da pobreza em termos do Conselho da Europa acolhe, em boa medida, a nossa tese de que a pobreza não é apenas o resultado do desemprego e das migrações, da não integração de populações migrantes, como é muitas

vezes vista nos países mais desenvolvidos da Europa, mas antes, um problema ligado ao desenvolvimento ou ao subdesenvolvimento dos países. Pode dizer-se que o perfil da nossa pobreza, e o facto de sermos um dos países de maior população de pobres, tem a ver, precisamente, com os problemas do nosso desenvolvimento. E, então, a razão porque efectivamente encontramos os principais contingentes de pessoas e famílias na situação de pobreza no nosso país tem a ver, desde logo, com o peso dos baixos salários. Portanto, nós temos um peso forte daquilo que na Inglaterra e nos Estados Unidos se chamou de *Worker Poor*. Nós cá chamaremos trabalhadores que, apesar de trabalharem, têm um nível salarial relativamente reduzido que não lhes permite, a eles e às famílias, superarem os níveis de pobreza. A primeira grande razão liga-se, obviamente, ao padrão de competitividade, para usar a expressão moderna da nossa economia, em que vastos sectores assentam num trabalho de baixa qualidade, de mão-de-obra intensiva e, portanto, em que os factores de competitividade assentam no processo e não na inovação do produto nem nos factores; apostam no trabalho e não na inovação. A segunda razão está associada com os níveis de desempenho do nosso sistema de protecção social. O Prof. Correia de Campos poderá falar sobre isso bem melhor do que eu. Mas a verdade é que, quando nós comparamos a curva de distribuição de rendimentos primários no nosso país com, por exemplo, a Dinamarca, que é o país da Europa que parece ter o nível de pobreza mais baixo, nós temos uma curva de distribuição do rendimento primário idêntico ao deles. A grande diferença está, depois, nos efeitos, nos impactos das transferências sociais que têm, digamos assim, um efeito muito mais marcante, um impacto muito maior que na maior parte dos países com sistemas de protecção social e, portanto, com estados de providência bastante mais desenvolvidos e com níveis de desempenho bastante maiores do que o nosso. Portanto, uma segunda grande categoria de pessoas em situação de pobreza e exclusão social são precisamente as pessoas que dependem do nosso sistema de protecção social, os pensionistas, particularmente aqueles que não contribuíram....

Paula Santana - *Já agora, aproveitaria para pedir que introduzisse o problema da exclusão social...*

Luís Capucha - Exactamente. O problema é que nós temos conhecido, o que também é consensual, um processo de mudança bastante rápida, principalmente a partir dos últimos anos - eu acho que desde o 25 de Abril -, mas com *nuanças* e com acelerações diferentes a partir do processo da integração europeia. O país passou, então, a andar a várias velocidades, com forte desenvolvimento, e

nós passámos a ter, para além dos problemas tradicionais de pobreza associados ao nosso padrão de desenvolvimento dos sistemas de protecção social e dos sistemas de emprego e do trabalho, um conjunto de riscos que eram relativamente desconhecidos na nossa sociedade tradicional e que passaram a ser resultado da própria modernização, digamos assim, e então aí há um conjunto de outros factores que nós podemos aqui equacionar, factores de ordem demográfica...

Paula Santana - *Desculpe, queria só fazer a ligação....*

Luís Capucha - À exclusão...

Paula Santana - *Exacto. Qual a relação entre a pobreza e a exclusão social?*

Luís Capucha - O problema é que uma boa parte, no meu ponto de vista, destas novas dinâmicas geradoras de pobreza, são dinâmicas que tendem a produzir fenómenos que em França, por exemplo, se chamariam de exclusão social, de rotura de laços sociais. Mas nem sempre estes novos factores de pobreza estão associados à rotura de laços. Por exemplo, as populações migrantes, às vezes, de facto, são excluídas, não internamente, mas enquanto comunidades, das estruturas normais da vida em sociedade. Por outro lado, tem havido um conjunto de transformações no quadro da organização familiar que tem produzido impactos sobre o perfil da nossa pobreza. Por exemplo, a expansão da monoparentalidade (eu tenho medo de falar destas coisas às vezes porque as simplificações podem produzir *misunderstandings*). A monoparentalidade não é um factor de pobreza em si próprio mas, quando as mulheres se vêem na situação de dificuldade de acesso a cuidados de apoio à família, quando elas próprias são pouco qualificadas e têm dificuldades de acesso a lugares com qualidade mínima no mercado de trabalho, a monoparentalidade é, assim, um factor penalizante e, portanto, é um factor que tem vindo a acrescentar peso aos fenómenos da pobreza. E, depois, há um conjunto de outros factores que poderíamos assim e, aí sem grandes dúvidas, associar à desagregação de certos tipos de laços sociais e que, em alguns casos, tem vindo a crescer e, noutros casos, tem vindo a diminuir mas onde poderíamos acrescentar e incluir os toxicodependentes, os sem abrigo e outros fenómenos como a marginalidade - associados aos jovens em risco, aos reclusos e aos ex-reclusos - e, ainda, outras categorias que configuram, tendencialmente, situações de exclusão social, ou seja, de rotura de laços na sociedade. Quase todos eles são emergentes, embora sejam ainda uma minoria entre os grupos pobres do nosso

país. Há, ainda, o desemprego, obviamente. O desemprego é um fenómeno do tipo moderno, gerador de exclusão social. No nosso país o desemprego é pequeno, mas a proporção de pessoas que estão na situação de desemprego de longa duração é bastante grande. Por outro lado, sabe-se que quanto mais tempo as pessoas se encontram em situação de desemprego mais vêem iludidas as suas competências para se integrarem no mercado do trabalho, com todos os efeitos que daí ocorrem - psicológicos, sociais, económicos - que a não integração no mercado de trabalho tem, geralmente, e que produz sobre a exclusão.

Paula Santana - Só para terminar esta introdução, que é longa, eu colocaria ainda outra questão: *As formas de pobreza e exclusão social relacionadas com o mercado de trabalho terão sempre o mesmo significado? Como se podem relacionar com as baixas qualificações?*

Luís Capucha - As baixas qualificações, não sei. Neste momento temos um grande desafio, de facto, que é o da qualificação da nossa população activa. E eu também não tenho a certeza que as baixas qualificações estejam a diminuir, efectivamente, no nosso país. Talvez haja melhorias, mas as melhorias estão a ser bastante mais lentas do que aquilo que era exigido. Nós temos um país completamente dual, porque temos níveis de participação dos jovens no ensino superior, e portanto taxas de escolarização média nos jovens que são idênticas ou que estão perto dos melhores desempenhos do mundo, mas, depois, temos um sistema de ensino que só prepara para a Universidade e que, portanto, deita fora, antes do tempo, todos os jovens que não têm perfil, ou não têm ambição, ou não têm interesse em ir para a Universidade. E o nosso mercado de trabalho absorve, com uma grande facilidade, esses jovens. Ou seja, temos um mercado de trabalho que absorve com muita facilidade trabalhadores de baixas qualificações, e sabe-se que a adaptabilidade desses sectores e desses trabalhadores é muito baixa, o que quer dizer que o factor de risco face à alteração dos padrões de competitividade e face a crises que a nossa economia possa passar, digo mesmo, é enorme. Por outro lado, temos uma população empregada activa com muitas baixas qualificações e, portanto, o risco da reconversão económica se fazer à custa do acesso ao emprego desses trabalhadores, é grande. Tem havido um esforço, acho eu, para evitar rupturas como a que se deu este ano em Espanha ou em outros nos quais a modernização económica foi feita à custa de uma geração inteira que foi para o desemprego e que viu os seus projectos de vida completamente destruídos. Em Portugal está-se a tentar evitar essa situação, nomeadamente, reconduzindo uma parte importante dos

trabalhadores de baixas qualificações em sectores de potencial adaptabilidade, no sentido de tentar reconduzi-los para áreas que são claramente deficitárias, por exemplo, os serviços de proximidade, ou outros, onde o padrão de qualificação não é muito desenvolvido. Portanto, assim não há um grande desemprego; há níveis de emprego elevados por comparação com a média europeia, mas os factores de sustentabilidade destes níveis não são seguros. Quer dizer, há riscos estruturais importantes e, por outro lado, temos um desemprego que é muito baixo mas, simultaneamente, os níveis de protecção do desemprego não são dos mais elevados e, principalmente, temos uma situação de desemprego de longa duração que é preocupante. Teremos, ainda, que acrescentar aos desempregados formais, ou seja aqueles que estão inscritos, algumas pessoas que estão em situação de desemprego encorajado, quer dizer, os que se encontram fora do mercado de trabalho embora pudessem, por razões de idade ou de outras, participar nesse mercado e que, muitas vezes por causa de uma ausência prolongada no mundo do trabalho, se encontram em situação de pobreza e, quase sempre, de exclusão social. Aqui encontramos um factor forte de risco de exclusão social associada à pobreza, mas uma pobreza mais semelhante àquela que existe nos países desenvolvidos.

Paula Santana - Era exactamente essa a ligação de que eu falava. Eles são pobres e simultaneamente excluídos.

A questão que agora coloco e que dirijo ao Senhor Professor Nuno Grande é esta: *Como é que a melhoria das condições sociais, nomeadamente a saúde e o acesso aos cuidados de saúde, pode favorecer a diminuição da pobreza e da exclusão social?*

Nuno Grande - Em primeiro lugar, muito obrigado por me ter convidado para estar aqui. Com esta primeira intervenção, fartei-me de aprender, fartei-me de tomar notas mentais porque, de facto, há uma visão que não é perfeitamente coincidente quando se encara este tipo de problemas. No caso particular da saúde em Portugal, há uma situação que é um pouco diferente do que acontece nos outros lados do mundo. Relativamente a Portugal, costumo dizer, por exemplo, que no acesso aos cuidados de saúde, é preferível conhecer o cozinheiro do hospital, do que ter dinheiro. O sistema de privilégios e tráficos de influências, em Portugal como também noutros sistemas, é dos maiores factores de desequilíbrio e de exclusão. E quando nós analisamos o perfil dos utilizadores do sistema nacional de saúde, do serviço nacional de saúde, verificamos, com muita surpresa, este tipo de situação anómala.

É evidente que o que caracteriza o nosso sistema, e o que o torna não comparável a um grande número deles na Europa e no Mundo, é o centralismo, a sua assimetria de meios e a sua burocratização, que é intensa. E, portanto, factores como a pobreza agravam a doença. Todavia, algumas pessoas que não são pobres, literalmente, têm problemas sérios de acessibilidade ao sistema. Por outro lado, a assimetria do sistema dá exclusões regionais sérias. Há pessoas que residem em determinados locais neste país - refiro-me só ao Continente - que não têm ao seu alcance metodologias e técnicas que se concentram, preferencialmente nas áreas do litoral. Em consequência, verifica-se uma dificuldade imensa em vencer a exclusão resultante da organização do sistema. Como sempre, volta a ser a cunha que é, de facto, o sistema de influências - uma característica cultural portuguesa - aquela que funciona, normalmente na compensação destes factos. Nós temos os problemas da saúde que interferem praticamente com todo os sectores sociais e integram os factores económicos puros, os de educação, os de capacidade de intervenção cívica, etc. E mesmo no interior deste nosso sistema, nós encontramos irregularidades deste género: existem técnicos de um determinado tipo numa área geográfica, mas o técnico complementar correspondente não está lá. Por exemplo, no Vale do Tâmega há oito cirurgiões, um dos quais da especialidade infantil e não há nenhum radiologista no sistema. Para que servem os cirurgiões, sem o radiologista? É que há as achegas de que a perversão dos chamados sistemas de apoio são os sistemas privados. Depois nós também somos pródigos na forma como elaboramos leis. Neste momento há um problema que agrava esta assimetria que é, por exemplo, a circunstância de um profissional médico não poder ter uma participação numa empresa privada, a não ser com uma quota máxima de 10%. No caso de um radiologista, o laboratório de radiologia é todo dele. Se ele é, simultaneamente, médico hospitalar tem de deixar de ser médico hospitalar para tornar-se só dono de um laboratório de radiologia; isto é, passa a vender serviços ao serviço que ele próprio tinha criado. E há estas ambiguidades que são factores que acabam por marginalizar um conjunto vasto de pessoas dentro do sistema, atingindo mais os que são mais pobres, é evidente. E quanto mais se arrasta a doença como disse a professora, maior é a tendência para o subdesenvolvimento económico e depois para a exclusão. Eu creio que talvez possamos dizer que o que traduz melhor o índice de civilização de um país ou de um povo é o seu sistema de saúde. E agora pensem como está o nosso!

Paula Santana - Esta é uma reflexão obrigatória. Na realidade, a produtividade de um país tem a ver com a capacidade que as pessoas têm para produzir. Se tivermos

uma população saudável teremos maiores possibilidades de ter um país rico. Se tivermos uma boa política social teremos uma redistribuição da riqueza, e todos ganhamos no fim.

A questão que eu coloco ao Senhor Professor Correia de Campos é: *como é que pode a protecção social contribuir para reduzir a pobreza? E, ainda, como se pode garantir, no presente, a igualdade de oportunidades no futuro?*

Correia de Campos - Muito obrigado, Professora Paula. Esse é um programa ambicioso. Qualquer país adoraria poder dar resposta cabal a esta segunda pergunta. Mas deixe-me começar por pegar nas duas intervenções anteriores para precisar ainda três pontos mais. As duas intervenções foram, a meu ver, excelentes e absolutamente essenciais para a análise do problema. Em primeiro lugar, eu gostaria de concluir o que foi dito atrás: a pobreza é administrativamente igual, mas substantivamente diferente. E isto tem a ver com a forma como a medimos, e a forma como actuamos sobre ela. Temos instrumentos de simplificação excessiva da realidade. Elas, as situações, parecem administrativamente iguais ou classificáveis em categorias estereotipadas, e não são. E portanto as respostas também deveriam ser moduladas em função da diferença substantiva, e não administrativa. O segundo ponto tem a ver com a estereotipia. Nós, hoje - o Prof. Luís Capucha explicou-nos muito bem -, não temos uma pobreza semelhante ou do mesmo tipo da pobreza da nossa infância. Não tem nada a ver. As estereotipias de que os pobres são os mais idosos, tendem a desaparecer. Os mais idosos têm um sistema de protecção social, apesar de tudo frágil em muitos aspectos, mas existente. Mas há muitos outros grupos sociais ou isolados que não têm protecção de espécie alguma, ou que se auto-excluíram, ou que se envergonharam. E este problema do envergonhamento e da saúde - para fazer a ponte com o que disse o Professor Nuno Grande e precisar um pouco aquilo que ele disse sobre a classe média e as necessidades da saúde da classe média não satisfeitas - gera situações de pobreza temporária, mas por ventura extremamente marcante, que são comuns nos nossos serviços. Eu dirijo um serviço com 210 pessoas e somos frequentemente confrontados com a situação de mulheres da classe média, trabalhadoras da função pública, que precisam de uma intervenção cirúrgica de urgência, nomeadamente numa situação cancerosa, onde o tempo conta, e o sistema público não pode responder no tempo que é necessário. Batem-nos à porta para pedir ou um empréstimo ou um subsídio a fundo perdido, para serem operadas a uma mama que custa 700 contos, numa clínica privada. Este episódio, que não é isolado, de que certamente existem centenas de casos pelo

país, demonstra bem que o sistema público da saúde não responde a todos por igual, em tempo. A mim responde, porque eu conheço os médicos e os hospitais. Conheço o cozinheiro, a cozinheira do hospital como disse o Prof. Nuno Grande, e muito bem. Mas não somos nós, que somos da classe alta ou média alta, que temos a resposta mais facilitada. Como dizia Orwell *“todos somos iguais mas há uns que são mais iguais que outros”*, e esse problema é um problema dramático que pode criar, de repente, uma situação de marginalidade e exclusão. Como vou eu agora cobrar 700 contos por mês que emprestei, ou que dei, a uma das minhas funcionárias para ser operada? Não sei. A estereotípia nacional não é mais utilizável; outro exemplo é as situações da pobreza esmagada pelo consumismo. As famílias, especificamente as monoparentais, que se deixaram seduzir pelo cartão de crédito e que, neste momento, têm por exemplo 3000 contos de dívidas e que já têm duas execuções judiciais e o que lhes resta é um rendimento disponível de 50 contos, o que, obviamente, não dá para pagar o quarto e se alimentarem. Não estou a fazer ficção. Estou a dar casos práticos, muito práticos, e muito reais do pessoal que comigo trabalha e que não eram pessoas pobres há 10 anos atrás. Nem hoje são estatisticamente pessoas pobres. A terceira nota, antes de responder às perguntas da Prof. Paula, tem a ver com a aparelhagem estatística. Aliás, a estatística que temos não colhe estas informações, não colhe a informação da minha funcionária que precisa e que se endividou para fazer uma intervenção cirúrgica, não colhe a pobreza da minha funcionária que se endividou devido à pressão do consumismo do cartão de crédito. É evidente que estou a dar exemplos anedóticos, que não são representativos estatisticamente, mas sabem que por trás destes exemplos há muitos outros que documentam o meu ponto. E a sensibilidade do aparelho estatístico está organizada, está regulada para a medição administrativa, mas não está regulada para a medição destes casos e da exclusão que eles geram.

Passo então a responder à primeira questão: Como é que pode a protecção social reduzir a pobreza? Vamos, primeiro, à protecção social administrativa ou administrativa, isto é de rotina, de *“Como te chamas? Maria! Estás dentro da classe? Pois muito bem, recebes o subsídio.”* Apesar de tudo, o caso das pensões de todo o mundo é o maior caso de sucesso de globalização social. É de longe, em todo o mundo, o maior instrumento de igualização das pensões. Tanto na sociedade europeia, apesar de haver diferenciais grandes, como nas sociedades norte americanas, as pensões tiveram um efeito equalizador fantástico. O drama que nós temos, é que este equalizador gasta os 73% dos nossos recursos. As pensões ocupam-se dos nossos recursos! E são insusceptíveis de serem comprimidas, como é óbvio. E portanto, se nós não elaborar-

mos outras fontes de recursos, nós não temos possibilidade de resolver, daqui a alguns anos, quando a economia entrar em contra ciclo, os problemas da economia e do desemprego, daí decorrente. Ou melhor teremos dificuldades! Vamos provavelmente ter de comparar os ritmos do crescimento das pensões, ou parar os ritmos em que estamos a fazer a modulação da discriminação positiva, ou diferenciação positiva das pensões. Teremos de parar isso, mudar isso, para acorrer às novas situações sociais que podem vir a surgir numa situação de *down turner* da nossa economia. Se as pensões, por um lado, são um fantástico instrumento de globalização, por outro lado são um instrumento rígido.

Bom, e que instrumentos temos mais flexíveis? O famoso RMG que em primeiro lugar tem a seu favor a fantástica noção de que é uma caixa para onde se entra, mas de onde se sai. Isto é, as pessoas entram para o RMG, mas têm que sair. Em segundo lugar, é uma contratualização. Recebes o rendimento mínimo, mas tens que prestar um serviço! Tens de pôr os filhos na escola, ou tens que trabalhar, ou tens que aprender, ou ter uma formação profissional. Em terceiro lugar, o rendimento mínimo garantido derrubou as barreiras administrativas, dada a *“distritoralização”* da assistência social, isto é, nós temos o modelo de assistência social baseado na assistência distrital e, nunca tivemos uma municipalização profunda. Embora a lei, no passado, tivesse visto isso, eu defendo uma municipalização crescente nestes tipos de apoios. Mas o RMG trouxe a vantagem de olhar estes fenómenos do ponto de vista das parcerias. Parcerias locais, parcerias com a sociedade civil, a famosa sociedade civil, as misericórdias, os professores, os párocos, etc., que ajudem a carrear informação, sobre o RMG. Bom, até aqui, tudo cor-de-rosa. Todavia, sabem que começa a haver problemas no RMG. Como é que os problemas surgem? Quando os instrumentos se tornam administrativos. Quando é mais fácil a uma assistente social estar sentada na sua secretária, no distrito, do que ir visitar a família... Até porque não temos a tradição de visitar famílias! Há países que a tiveram. Os ingleses. A assistente social vai a casa de toda a gente. Nós não temos assistentes sociais para isso. E se montássemos um programa desses, tínhamos que arranjar um automóvel para a assistente social e depois um motorista para a assistente social! Porque entre nós é tudo muito mais complicado! É claro que também há mecanismos já mais modernos. Por exemplo os ingleses no tempo Thatcher criaram mecanismos que interligam as funções: quando há doentes na lista do médico, também há pessoas na lista da assistente social. E há um orçamento global, que é dado à assistente social para gerir e para fazer pequenos contratos de assistência. Este tipo de contratualização, permite a flexibilização, permite libertar

a família. As mulheres da família tratam dos pais dela, do marido. Porque elas lhe sobrevivem sempre, ou quase sempre. E portanto, nós não podemos eternamente julgar que a substituição familiar possa resolver esses problemas. FLEXIBILIDADE é a palavra-chave; passa, a meu ver, pela delegação para escalões cada vez mais inferiores. É por isso que eu sou um profundo defensor da municipalização destas questões.

Paula Santana - Falta ainda a questão "*A igualdade de oportunidades no futuro - Como é que se pode garantir no presente, a igualdade de oportunidades no futuro?*"

Correia de Campos - Para a situação social, a educação é o grande equalizador que se descobre para a partida, não é para o ponto de partida. E a educação é um equalizador teórico; não temos exemplo mais visível que o ensino superior em Portugal para mostrar a "fachada" do equalizador teórico e do desigualizador prático. Nós, que frequentamos universidades públicas não pagamos propinas, ou pagamos um salário mínimo obrigatório nacional. Os que frequentam as universidades privadas, que são os filhos dos pobres, os filhos das pessoas com menos acesso à cultura e informação, pagam 10 vezes o salário mínimo nacional. Portanto o sistema de ensino em Portugal, sob a aparente capa da equalização é um sistema profundamente discriminante e, já foi dito aqui atrás, que o sistema perdeu a capacidade de lançar as pessoas na vida profissional, a meio do curso, ou a seguir ao secundário, que as escolas profissionais ainda estão a nascer e os politécnicos mereceriam maior atenção (por alguma razão os politécnicos, ao que parece, têm uma maior taxa de emprego e sucesso de emprego dos seus diplomados, do que os da universidade, por alguma razão!). Cito notícias recentes da imprensa. Espero que alguém na sala, contradiga esta afirmação. Portanto, teoricamente, a educação é um equalizador, mas na prática, meus amigos, a educação pode ser uma terrível frustração para a equalização. Temos de encontrar mecanismos para que isto não seja assim. Por exemplo, o presidente Clinton era praticamente filho de uma prostituta e de um bêbado. Não conheceu o pai. O pai morreu antes de ele nascer. A mãe era uma cabeleireira de bairro. Ele viveu sempre e foi educado fora da mãe. E, no entanto, através de um sistema de um país altamente capitalista que tinha naqueles anos, não sei se ainda tem hoje, a possibilidade fantástica de equalizar o Clinton, tornando-o numa pessoa altamente qualificada que conseguiu fazer uma educação universitária de mais de 14 anos, nos Estados Unidos e, fora dos Estados Unidos. Claro, dirão, *é um exemplo único*, não, não é. Nos Estados Unidos, quem tem disponibilidade para estudar, estuda. Tem bolsas, tem empréstimos se não tiver bolsas, tem universi-

dades que olham para ele e que o querem, que andam à procura dos talentos. Entre nós, dificilmente esta cultura existe. A universidade não anda à procura dos talentos. A universidade anda à procura de chumbar alunos e de seleccionar uns tantos eleitos por critérios que não têm a ver com os talentos. Algumas vezes, mas nem sempre, têm a ver com os talentos. Este critério da selecção, da seleccionite que nós temos nas universidades públicas e privadas, passou do público para o privado. O que é mau passa sempre do público para o privado. Não tenham dúvidas, as demoras do atendimento dos médicos passam dos consultórios do centro de saúde para os consultórios privados. Os médicos na privada, hoje, fazem as mesmas demoras que no sector público. Mas, estes mecanismos de equalização, eu creio que têm de ser reanalisados e a minha preocupação é esta: *nós não sabemos como funcionam os mecanismos de equalização, nas pensões*. Há muita gente que tem aumentos diferenciados; diferenciação positiva de pensões, porque está nos escalões baixos e talvez não precisasse desses aumentos. No entanto, o sistema administrativo não permite ser suficientemente fino para fazer essa análise, portanto, não havendo possibilidade de o fazer, nós temos que acabar por beneficiar todos, de uma forma injusta. A única coisa que aqui há a fazer é estudar este problema. É fazer inquéritos de base populacional, é fazer inquéritos às receitas e despesas familiares, (embora seja feita de cinco em cinco anos). Não conhecendo a realidade não podemos tomar medidas. Por exemplo, o RMG (não sei quando fará cinco anos), a minha recomendação que podia sair deste painel, era que quando fizesse cinco anos deveria ser analisado, avaliado. Internacionalmente, se calhar já está a ser. É absolutamente essencial que as medidas, mesmo aquelas que parecem ser as melhores, sejam analisadas, avaliadas.

Paula Santana - Muito obrigado. Já se falou aqui de problemas relacionados com mercado de trabalho, com a saúde, com a segurança social, ou a falta dela. Chegou o momento de introduzir nesta mesa o tema da qualidade da habitação e da relação crescimento demográfico/crescimento do parque habitacional e suas consequências na pobreza e exclusão social.

A questão que dirijo ao arquitecto José António Bandeirinha é esta: *Até que ponto, as políticas de habitação social ao longo do século vinte possibilitaram mudanças na situação de pobreza e exclusão social?*

José António Bandeirinha - Muito obrigado. Eu queria começar por agradecer ao Instituto de Estudos Geográficos, em particular à Senhora Professora Ana Paula Santana. Queria também agradecer aos oradores que me antecederam, porque foram lançados motes muito estimulan-

tes. Queria dizer que não irei falar na questão da habitação social, numa perspectiva contemporânea. Em primeiro lugar porque não o saberei fazer, não tenho indicadores para isso; sobretudo perante uma assembleia de geógrafos não me atreveria a usar da intuição científica da qual os arquitectos usam e abusam. Gostava, no entanto, de poder lançar à discussão, se é que podem ser úteis, alguns tons históricos, como disse a Prof. Paula Santana, que nos ajudam. Nós não podemos compreender nem a contemporaneidade, nem o futuro, se não tivermos alguma compreensão dos factores históricos que estão associados a estes temas. Eu não ia muito atrás, recuarei ao pós-guerra. No pós-guerra, nos países desenvolvidos, havia um acréscimo substantivo da produção de habitação massiva do estado providência, para suprir as carências habitacionais geradas pela grande afluência urbana, por um lado, e pela destruição dos centros das principais cidades, por outro lado. Ao mesmo tempo, em todo o chamado terceiro mundo se processava um fenómeno de urbanização compulsiva, maciça também, de afluência às grandes cidades que, por essa altura - anos 50/60 - se foram tornando em metrópoles descomedidas, que ainda hoje nós conhecemos como as grandes metrópoles dos países do Sul: Singapura, cidade do México, etc. Nos anos 50, a ONU dava pouca importância à habitação. O tema da habitação no edifício das Nações Unidas nem sequer chegava a um departamento. Era um pequeno gabinete com 4 ou 5 funcionários, entre os quais um arquitecto chamado Charles Abrams, que foi incumbido de fazer um levantamento, à escala mundial, do fenómeno da urbanização nas cidades pobres. Obviamente que era um tema demasiado forte, demasiado grande sob o ponto de vista quantitativo, para uma só pessoa. Mas ele conseguiu dar uma cobertura territorial, embora um bocadinho saltitante: Filipinas, Singapura, Paquistão ou Zanzibar, algumas cidades do Norte de África, do Perú, América Latina, Colômbia e Venezuela, também. Por outro lado, teve uma posição inovadora, para a altura. Ou seja, a questão da habitação espontânea nos bairros das grandes metrópoles nos países pobres - que era o problema que preocupava o primeiro mundo por causa da globalização já embrionária - era uma espécie de ampliação do fenómeno que o Engels descrevia no séc. XIX: *“a habitação só era um problema para a classe dominante”*. Por exemplo, nas sociedades industriais inglesas, os bairros pobres e degradados já estavam a afectar a pequena burguesia que as bordejava e já estavam a contaminar, com doenças, a sociedade burguesa.

Também as cidades do terceiro mundo já eram demasiado fortes por causa do efeito mediático. A pobreza e a miséria das cidades do terceiro mundo já contaminava, de certa maneira, as cidades do mundo desenvolvido, levando a olhar para elas. Então, Abrams vai inquirir

algumas dessas situações. E chega a esta conclusão, bem no cerne da ideologia liberal que ele representava: *“há soluções que são problemas e há problemas que são soluções”*. Se calhar, o fornecimento de habitação massiva para aquela gente poderia ser um problema, poderia gerar novos problemas; ao passo que aquela espontaneidade de criação de habitação, que eram os bairros suburbanos e periféricos dessas cidades, davam a essas populações algumas soluções. A capacidade de iniciativa daquelas pessoas era, em si, uma solução. Só havia que lhe dar algum apoio técnico; só havia que lhe dar alguma capacidade de não serem tão espontâneos. Dar apoio técnico ao nível da escolha dos terrenos, das infra-estruturas, etc. Este foi o primeiro momento em que esta questão, aparentemente hoje tão evidente, foi abordada.

Depois disso, houve muitas outras situações que culminaram, também, a partir dos estudos dos sociólogos, nomeadamente da escola francesa dos anos 60, Chombart de Lowe, Henri Lefèvre e mais tarde Castells, de ortodoxia mais marxista. Estes sociólogos levantaram questões relativas à produção maciça de habitação dos países desenvolvidos. Mais, em França, com a solução dos *grands ensemble*, das grandes construções maciças para albergar 400/500/1200 famílias de uma só vez, geram-se problemas sociais gravíssimos. E, então, começou-se a pensar em cruzar este tipo de situações. Os sociólogos falavam na questão da apropriação. Regressaram, mesmo os mais progressistas, à questão da possibilidade de uma habitação unifamiliar, embora com mais desperdício de terreno e pior, quer no seu ponto de vista ecológico, quer sob o ponto de vista da sociabilização. Os inquéritos revelaram que essa era a preferência maciça das populações inquiridas, sobretudo nas áreas envolventes das grandes cidades. Este é o resultado de um inquérito que Henri Lefèvre fez, ainda nos finais dos anos 50, em alguma zonas urbanas de Paris. Levantaram-se grandes questões, algumas delas que abalaram definitivamente a ortodoxia moderna, abalaram definitivamente as convicções mais progressistas, que vinham também desde o tempo do pós-guerra. A expressão mais forte do apoio técnico à vontade das populações (dando alguns saltos, mas também porque o tempo não o permite), foi dada essencialmente pela voz de dois homens fundamentais que trabalharam na América Latina: um inglês, londrino, chamado John Turner e um brasileiro, chamado Carlos Nelson dos Santos. O John estudou na Architecture Association School em Londres, no final dos anos 50, e era um simpatizante das ideologias libertárias, anarquistas. Essencialmente, as questões que se colocavam relativamente à habitação para as classes mais pobres, para o proletariado e para o proletariado marginalizado, eram: *“quem é que decide, quem é que fornece e quem é que*

constrói?”. Na Europa era-lhes tudo dado pelo estado providência.

O debate no início dos anos 60, em Veneza, no qual participaram Giancarlo de Carlo, John Turner e outros ingleses, é o começo de um novo movimento. John Turner, com outro colega peruano, inicia o trabalho nas aglomerações peri-urbanas do Perú, chamadas *barreadas* e teoriza a partir daí. Concluiu que o primeiro mundo não tem nada a ensinar aos que constroem as aglomerações suburbanas do Perú, antes tem a aprender com elas, porque eles realmente constroem e resolvem o seu problema com uma racionalidade extrema. Obviamente que Turner se apoiava num determinado tipo de aglomerações urbanas que eram as aglomerações urbanas espontâneas. Eram aquelas que os índios, quando chegavam à aglomeração urbana, constituíam, ocupavam o terreno. Construíam uma comunidade suburbana que, passados 2/3 anos no máximo, já estava altamente rodada no sistema de mercado paralelo de venda de terrenos e de passagem a outros; evolução própria e natural da sociedade. Quando estes terrenos estavam a ser vendidos, ou seja, quando os *pueblos* - como Turner gostava de chamar -, passavam a ser *barreadas* autênticas, já Turner estava em Boston a teorizar sobre estes assuntos e, portanto, era-lhe difícil perceber que essa espontaneidade cultural índia não tinha grande futuro no desenvolvimento das grandes cidades.

Paula Santana - *E relativamente a Portugal?*

José António Bandeirinha - Relativamente a Portugal, e apoiando-me um bocadinho no que disse em relação ao fornecimento da habitação, é visível que as aglomerações espontâneas mais miseráveis são lentamente suprimidas pelos nossos *médios ensemble*, diria eu. São, por exemplo, as aglomerações de contratos de desenvolvimento de habitação, habitações de produção camarária, etc. As grandes promoções estatais já desapareceram, como todos sabemos, e até o apoio à iniciativa privada para construção a custos controlados. A criação de novos bairros periféricos, esses, nem todos nós conhecemos. Porque se hoje ainda é possível ver das auto-estradas por onde passamos (poucas, é certo), alguns aglomerados, que em Portugal se chamam “bairros de lata”, a maior parte da habitação desqualificada, a habitação pobre em Portugal, não é visível. Porque, realmente, ela continua a existir nesses bairros *guetizados* que proliferam nos subúrbios. Ela continua a existir, até de formas mais escondidas. Estou a lembrar-me, por exemplo, da segregação social do centro da cidade; os habitantes que sempre foram urbanos, sob o ponto de vista sociológico e que hoje, pela livre iniciativa do mercado, pelo aumento do preço dos solos no centro da cidade, estão a ser sistematicamente expulsos

para áreas cada vez mais periféricas. Isto não se passa só em Lisboa ou no Porto. Passa-se em Coimbra, obviamente. Todos, quase todos os habitantes do centro da cidade dos anos 50/60, estão a ser expulsos. Estão a habitar em Miranda do Corvo, na Lousã, e foram compulsivamente expulsos porque não têm dinheiro para comprar terrenos, nem casas, nem alugar uma casa no centro da cidade. Pelo contrário, são as pessoas que inicialmente habitavam em zonas mais suburbanas que estão, progressivamente, a ocupar áreas mais centrais da cidade; esse fenómeno, culturalmente, tem algum significado.

Portanto, há questões de pobreza habitacional que só são visíveis se nós explorarmos intensamente a questão(ões), se entramos naquelas casas, se entramos naqueles bairros, se entramos dentro daqueles corredores que estão feitos em Loures, Oeiras, etc., e conseguirmos perceber como é que funcionam aqueles sistemas sociais internos, aqueles *guetos*. Só aí é que vamos perceber o que é a pobreza habitacional contemporânea, em Portugal.

Paula Santana - Quería que não ficassem aqui dúvidas relativamente a um fenómeno, que é tão importante na nossa cidade. *Que tipo de população deixa Coimbra, e quais as suas motivações?*

José António Bandeirinha - Não sei exactamente. O que sei, por muitas pessoas que conheço, e que não servem obviamente para indicadores científicos, é que elas são, sob o ponto de vista sociológico, profundamente urbanas e que a sua contribuição geral para a vida urbana era mais importante enquanto habitantes, pela presença permanente na cidade, mais do que enquanto meros trabalhadores. Poderia gerar uma vida urbana autóctone e uma certa urbanidade própria que a cidade tinha, e que hoje não tem, porque eles chegam às 5 horas e abandonam a cidade. Portanto já não usam a cidade. A cidade fica “deserta”.

Paula Santana - Muito obrigado. A duas últimas questões estão relacionadas com todas as intervenções anteriores. Dirijo-as à Senhora Doutora Lina Coelho.

Primeira: *Quais as intervenções, em execução ou previstas na Região Centro, com vista à redução significativa das desigualdades - no emprego, no acesso à educação e aos serviços de saúde -, tendo como finalidade o reforço da coesão social;*

Segunda: *Essas políticas estão a ser conduzidas de forma verdadeiramente integrada, de modo a permitir intervenções multidimensionais e territorializadas?*

Lina Coelho - Muito obrigado, Senhora Doutora. Antes de mais, queria agradecer a oportunidade que foi

dada à CCRC de participar nesta sessão e de ter tido oportunidade de ouvir os meus antecessores e as suas importantes reflexões sobre esta matéria. Queria saudá-la por ter organizado uma discussão sobre esta temática que é, evidentemente, muito pertinente. Para além do mais, a mim, como cidadã, é uma questão que me ocupa a mente e o coração frequentemente, porque tenho uma grande mágoa nomeadamente de ter nascido e os meus filhos terem nascido numa sociedade que não dá a oportunidade de emergência aos “Clintons” a que o Prof. Correia de Campos se referiu. Esta é, de facto, uma questão que me magoa e portanto acho muito relevante que discutamos estas questões.

Relativamente à pergunta em concreto que colocou, eu gostaria de dizer que é particularmente relevante na Região Centro do País porque, estatisticamente, a Região Centro (e eu hoje revisei os inquéritos aos orçamentos familiares de 1995) tem uma incidência do fenómeno da pobreza particularmente relevante. Ou seja, em 95, a Região Centro participava no fenómeno da pobreza em Portugal, com uma quota de cerca de 27%. O que é muito grave, atendendo a que a nossa população representa cerca de 17% da população do País. Devo dizer que, quando me confrontei a 1ª vez com esta questão há 3 anos atrás, quando começávamos a reflectir para a preparação do plano de desenvolvimento regional, fiquei quase que chocada. Não estava à espera, não conhecia o fenómeno; pura e simplesmente, nunca me tinha cruzado com estes dados e, portanto, fiquei realmente um pouco perplexa e a interrogar-me sobre “o que é que isto significava efectivamente”. De facto, aquilo que os dados também revelam é que este fenómeno se agravou particularmente na Região Centro e na Região de Lisboa e Vale do Tejo nos primeiros anos da década de noventa. Creio que isto - muito rapidamente, procurando partilhar a minha reflexão - isto tem a ver com a demografia e com o fenómeno da especialização produtiva da Região. Nós temos um peso de desemprego agrícola absolutamente descomunal naquilo que é o contexto nacional e europeu, e isso tem um significado concertado profundo em termos de reflexo sobre a pobreza porque a nossa agricultura é uma agricultura pobre, especialmente no interior. Depois, temos uma indústria muito tradicional, que não exige grandes qualificações e, portanto, especialmente em períodos de crise, como a primeira metade da década de 90, facilmente faz transitar as pessoas de uma situação de rendimentos minimamente satisfatórios, para uma situação de rendimentos insatisfatórios, quando a crise económica surge. Isto evidentemente apela, como a Professora aludiu, à necessidade de instrumentos integrados para abordar o fenómeno. Eu, contudo, penso que no que diz respeito à Região Centro, na sua globalidade, o problema só

se resolve a prazo e só se a Região se tornar mais competitiva, em termos produtivos. O que é facto, é que nós hoje produzimos uma parte significativa do que são os licenciados em tecnologia e em ciências exactas, mas eles não ficam na Região, porque o tecido produtivo não os absorve. Eles, de facto, emigram daqui para as zonas de Lisboa e para o Norte Litoral, porque é lá que encontram emprego. Enquanto, no Centro, o perfil da competitividade for este, eu penso que a Região estará condenada a ter uma quota-parte importante na pobreza do país; desequilibrada e maior do que aquela que, naturalmente, lhe deveria caber. Posso estar errada, mas é esta a minha convicção profunda.

Quanto à abordagem das políticas, como todos sabemos, Portugal é um país com uma tradição de não integração das políticas sectoriais. Isto é um traço que nos caracteriza e é uma triste tradição Portuguesa, que permanece. Apesar de tudo, o discurso permanece. Por exemplo, o Programa Operacional Regional, ou seja, o grande pacote financeiro financiado por fundos estruturais de que a Região dispõe, tem o chamado “eixo 3” que reúne um conjunto de intervenções sectoriais, ditas desconcentradas, ou seja intervenções na área da educação, da saúde, da ciência, do equipamento social, das estradas, etc., que, na prática, têm a gestão conduzida a partir do(s) ministério(s) que as tutelam. Todavia, considero que ainda há um ganho, pelo facto deste quadro comunitário contemplar a regionalização das medidas. Efectivamente, a não existência de uma regionalização administrativa favorece muito esta situação. Não se vê, na ausência da reforma da administração, condições para que o essencial da questão na integração das políticas, se resolva. Eu creio que não estamos muito bem em termos das perspectivas que se colocam para a integração das políticas. Acredito profundamente que a questão da pobreza é uma daquelas onde a integração é crucial. Ou seja, não se resolve a pobreza sem uma abordagem integrada. Como o Professor Correia de Campos dizia há pouco, o RMG tem esta virtualidade: de ser uma abordagem junto das pessoas, por um lado e, por outro lado, integrada no sentido em que há uma série de actores locais que se reúnem para equacionar o problema e certamente para equacionar as suas soluções. Eu não tenho experiência vivida do modo como funciona, de facto, esta questão, mas imagino que o equacionar dos problemas servirá para equacionar conjuntamente as soluções. Eu creio que a abordagem da pobreza e das soluções para a pobreza, só pode ser feita assim. Só pode ser feita próxima das pessoas e numa perspectiva integrada...

Paula Santana - *Podemos concluir que as políticas não estão a ser conduzidas de uma forma verdadeira-*

mente integrada, quer em termos multidimensionais quer em termos territorializados?

Lina Coelho - Eu diria que não estão. Diria que estamos a fazer esforços nesse sentido. Não queria deixar uma mensagem negativa e pessimista de que não temos instrumentos disponíveis e, de que não partilhamos todos, cada um a seu modo, esta preocupação de nos aproximarmos uns dos outros. Mas, de facto, e esta é a minha constatação quotidiana enquanto parte da Comissão de Coordenação: o grau de integração está muito aquém daquilo que é necessário para resolver problemas como estes da pobreza e da integração social. Portanto, há aqui um mundo de construção política porque, muitas vezes, os instrumentos existem objectivamente. Por exemplo, está-me a ocorrer que, há já alguns anos, uma Ministra do Trabalho e do Emprego da altura, criou uma figura chamada “Redes Regionais de Emprego”, que pretendia ser, na sua filosofia, uma abordagem muito regionalizada das questões da criação de emprego e das questões em torno deste, trabalhadas conjuntamente por vários ministérios, nomeadamente, pelo Ministério do Emprego e do Trabalho e pelo Ministério do Planeamento. Na prática, o que tenho constatado é que não funcionam. Ou seja, não sei bem para que servem mas, do lado do Ministério do Planeamento, eu posso testemunhar que não servem para nada! Os instrumentos existem, muitas vezes! Nós até não somos maus a conceber os instrumentos; somos é muito “*beras*” a fazê-los funcionar! Portanto, creio que é esta a questão.

Por outro lado, e só uma pequena nota que também me foi suscitada antes, sobre a questão das “*cunhas*”. Para superar a pobreza é fundamental promover a cidadania e fazer chegar aos pobres a noção de que são pobres e de que enquanto cidadãos têm os mesmos direitos dos outros todos! Enquanto eles não tiverem a percepção dos direitos que lhes assistem, não reivindicarão e não sairão da situação em que se encontram. Portanto, tudo o que for contributo para a promoção da cidadania é uma área fundamental de intervenção para a superação do problema.

Paula Santana - Muito obrigado Senhora Professora Lina Coelho.

A última questão, dirigida a todas as pessoas da mesa, é esta: *Como pode a Geografia e o Geógrafo contribuir para que as desigualdades entre os lugares não sejam um estigma ou uma penitência para quem neles vive ou trabalha mas, pelo contrário, que cada Local seja uma parte de um todo que se quer coeso, onde a diferença é, acima de tudo, uma virtude num Mundo que teima em ser GLOBAL, minimizando os fenómenos da pobreza e exclusão.*

Lina Coelho - Eu diria que a Geografia pode, concretamente, dar um contributo importante, porque, no fundo, nós conhecemos alguns dos factores de risco que estão subjacentes à possibilidade de emergência da pobreza. E, como eu dizia antes relativamente à Região Centro, esses factores prendem-se, por um lado, com o movimento demográfico – especialmente nas áreas despovoadas do interior da Região - e, por outro lado, com um perfil de especialização produtiva, muito específico e muito característico da nossa região. Nesse sentido, o mapeamento (que é uma tarefa que nós associamos sempre aos geógrafos), o conhecimento exacto das especificidades territoriais da incidência destes fenómenos é, concretamente, um contributo importante. Simultaneamente, é verdade, também, e há bocado o Professor Correia de Campos aludia a isso claramente, que hoje a pobreza associa-se a uma multiplicidade de situações, espalhadas pelo território. Algumas são novas situações de pobreza e ocorre-me, por exemplo, o fenómeno da droga, que está por todo o lado e portanto, nesse sentido, diria que o mapeamento da incidência do fenómeno pode levar a uma mais correcta abordagem, no sentido em que há sempre segregações espaciais que concentram, especialmente, este tipo de fenómenos. Esta é, então, a reflexão que me suscita a sua questão.

Correia de Campos - Concordo inteiramente com o que disse a Dra. Lina. A mobilidade é muito forte hoje. Já não estamos no tempo de Orlando Ribeiro ou de Fernandes Martins em que a sociedade estava como que parada no tempo e era possível escrever livros que se mantinham actuais durante décadas. Hoje tudo isso se tornou extremamente complexo. Só para vos dar uma ideia, nós em 5 anos passámos de comunidade de emigração, para país de imigração. Temos 200 mil imigrantes, provavelmente, a trabalhar em Portugal (mais 10 mil menos 10 mil); vamos ter, muito provavelmente, 1 milhão antes do final da década de 2000! Não se admirem. Vamos ter um milhão, se quisermos crescer a 3 ou 4% ao ano, porque não há outra hipótese de crescer! Mesmo que tenhamos ganhos de produtividade anual que, sustentada, dê 1%. Não há outra hipótese de crescermos, se não tivermos a mão-de-obra activa. E, portanto, temos que nos preparar para esta realidade, que é absolutamente nova para nós. Felizmente, também a rapidez da percepção desta realidade é muito forte. Aqui, sou extremamente optimista. Há dois anos, ninguém falava neste problema. Neste momento toda a gente fala, todos os líderes de opinião, desde o Presidente da República ao Governo. Saiu uma lei nova sobre imigração, que não é uma lei revolucionária mas, que enfim, é um passo em frente. As pessoas estão a perceber que esta questão mudou, e vai fazer mudar o País. Por outro lado, a densidade dos problemas tornou-se mais acrescida

e mais complexa. O concelho de Lisboa, há 20 anos atrás, tinha 800 mil habitantes, hoje tem 510 mil habitantes. Mas, estranhamente, continua a instalar neste concelho (Lisboa), todos os serviços da administração central, o que é profundamente ridículo! Quando, provavelmente, 80% dos que trabalham nesses serviços, vivem na periferia! Vivem nos concelhos periféricos! Isto é extremamente ridículo, não tem justificação nenhuma, mas é assim que as coisas se passam.

Os geógrafos ensinaram-nos a pensar sobre estes problemas. Eu aprendi com os geógrafos a utilização do tempo. Há excelentes trabalhos feitos por gente da Universidade de Lisboa sobre a utilização do tempo, os transportes e as acessibilidades na área metropolitana de Lisboa. Parece-me que são pistas únicas e surpreendentes para os decisores políticos. Portanto, há aqui instrumentos da geografia que são profundamente essenciais. Não falo obviamente do mapeamento. O mapeamento, aqui, é muito complexo e muito difícil porque as concentrações são muito grandes. O concelho de Sintra ganhou 60 mil habitantes ao longo da última década! Como é que é possível? O Hospital de Amadora/Sintra foi previsto para 400 mil habitantes e, de repente, apanhou-se com uma área de atracção dos concelhos de Amadora/Sintra; são 500 e tal mil habitantes! De repente! Foi previsto que aí ocorressem 8 nascimentos por dia e está com 15 ou 16. E desses 15 ou 16, doze são de pessoas africanas. O caminho-de-ferro da ponte criou uma cidade satélite chamada Pragal, que é a primeira estação a seguir à ponte, na qual foram construídos, em 2 anos, 25 mil fogos. O Hospital Garcia de Horta em Almada, que tinha uma taxa de nascimento declinante, tem agora 25 mil famílias jovens a procriar nos próximos anos. Se, em média, cada família gerar 2 filhos, são 50 mil partos que vão ocorrer nos próximos 10 anos! Vamos admitir que eles são aleatoriamente distribuídos. São mais 5 mil partos/ano em números redondos! Isto muda tudo. 5 mil partos/ano desmantela um hospital distrital. É preciso fazer um novo só para isso. É preciso ter um novo sistema, um novo serviço e, depois, ao fim de 10 anos acabou, o que é mais dramático! É preciso mudar esta situação. São exemplos destes que o trabalho em geografia nos pode trazer.

Nuno Grande - Eu sou declaradamente apoiante da participação dos geógrafos na análise deste problema. Escrevi no livro de homenagem ao Professor Pereira de Oliveira, que a *“geografia tinha uma atitude multidisciplinar relativamente ao equilíbrio social”* e entendo que os geógrafos vão tendo um papel crescente de importância de intervenção neste conjunto de questões. Não só porque vão estudar as linhas migratórias, o aspecto antropológico nas movimentações, mas também os aspectos geográficos

da acessibilidade, os desenvolvimentos locais e, na ponta contrária àquela que o Professor Correia de Campos disse agora, o envelhecimento da população e as consequências desse envelhecimento e da sua distribuição regional. Depois, há a análise da população flutuante que é mutilada pelo sistema educativo Português. A Cova da Beira tem hoje um número crescente de jovens estudantes por causa da Universidade da Beira Interior, etc. A análise de todos estes fenómenos, e de outros igualmente importantes para a sociedade, fazem parte da actividade de um geógrafo. A perspectiva de um geógrafo é, fundamental, para se conseguir, de facto, uma visão equilibrada de tudo. Vou daqui com alguma consolação.

Luís Capucha - Todos os intervenientes disseram que a distribuição das pessoas, das coisas, dos rios, das aves, está tudo errado. Simplesmente, perante a possibilidade de resolver o problema, arranjamos umas complicações tão grandes que, um colega holandês que me visitou, ouvindo alguns argumentos dos antiregionalistas dizia *“Vocês são engraçados. Estão permanentemente a redescobrir a roda! Já tudo isso foi discutido, já tudo isso foi resolvido e vocês continuam agarrados a essa coisa!”* Ao que eu lhe expliquei que, e aqui hoje foi muito claro, *“O paradigma do português é o pianista. É o pianista que aparece a tocar num concerto no Albert Hall e dois ingleses que estavam a assistir ao concerto. Quando ele começou a tocar, acharam estranho porque ele não estava no programa. Perguntaram quem seria. Respondeu um brasileiro que estava à frente: - “Eu não sei quem é, mas é português. Primeiro porque apareceu sem ser anunciado; segundo porque enquanto que os outros puxaram o banco para o piano, ele puxou o piano para o banco, para tocar.”* É que nós, relativamente a todas as coisas que são obviamente simples e de resolução fácil, tornamos complicadas. Fazemos tudo ao contrário, pelo lado complicado, atrasando aquilo que é obviamente resolúvel por nós e, permanentemente, achamos que a responsabilidade é do vizinho. Em Portugal não há uma cultura de responsabilidade. É sempre *“o outro”*. Desde a ponte que caiu, àquela que está para cair, a responsabilidade é sempre do *“outro”*!

Deixem-me transmitir uma sensação de algum optimismo quanto àquilo que seria uma oportunidade de emprego para a geografia e para os geógrafos, naturalmente nesta área. Eu para fazer isso, gostaria de fazer o *update* do processo político nesta área, porque há aqui novidades que eu acho que vale a pena trazer a esta discussão. Passa pelo seguinte: há uns anos, a partir de Maastrich, a Europa decidiu avançar no plano da União e para isso desenvolveu um conjunto de metas e de objectivos de carácter macro-económico, chamados *“A*

convergência nominal da Europa” e isso era necessário para avançar na União. Isso teve consequências diversas, nomeadamente ao nível do desenvolvimento e do crescimento económico mas, também, numa 1ª fase, de alguma degradação da qualidade da sociedade na Europa. Pelo menos as pessoas pensaram que ela estaria em perigo porque se sacrificavam todos os objectivos à necessidade de crescimento e da convergência macro económica. Então, a Europa decidiu reequilibrar, lançando no Luxemburgo, em 1997, a chamada “*Estratégia Europeia para o Emprego*”, que reequilibrava o processo da construção europeia a partir das políticas de emprego. Ora, o processo do Luxemburgo inaugurou também um novo método de coordenação política na Europa que é o chamado “Método de Coordenação Aberta”, segundo o qual, os diferentes países que constroem planos nacionais de emprego (que são planos transversais no sentido de planos integrados e de intervenção multidimensional) que os países têm que atingir e, pelos quais, os países são julgados todos os anos. O método também se aplica às políticas macro-económicas e, é por isso que ainda há pouco tempo, apareceu na imprensa a polémica a respeito do desempenho do Estado Português em termos da contenção da despesa pública. E também apareceram, (esse efeito é importante e é outra característica nossa) é que damos sempre muita importância àquilo que nos dizem de fora da Europa, mesmo quando às vezes essas coisas também são ditas cá dentro! Por exemplo, no plano do emprego, há recomendações a Portugal (que são no fundo os outros países a dizerem-nos que estamos a ter maus desempenhos, neste ou naquele plano), que obrigam a que as coisas andem para a frente e têm andado para a frente! Ora, seguindo este Método de Coordenação Aberta para o Emprego, foi também agora decidido lançar um método semelhante para a inclusão social. Está aberto, a partir da cimeira de Nice, um processo Europeu que visa ainda reforçar a componente social do modelo Europeu que visa o combate à pobreza. Esse processo vai assentar na fixação de metas e vai assentar num processo de exame inter-pares dos desempenhos de cada país. Quer dizer que vamos examinar outros países e eles vão-nos examinar quanto àquilo que fazemos, resultando daí recomendações. Vai também haver a necessidade de Portugal construir um “Plano Nacional para a Inclusão”, e é esse plano que depois vai ser julgado pelos seus pares e, naturalmente, julgado também pelos Portugueses. Eu acho que isto gera aqui um conjunto de oportunidades; vai gerar, necessariamente, como gerou no emprego. No plano nacional do emprego gerou um conjunto de dinâmicas, tensões e principalmente uma pressão sobre as organizações, porque são obrigadas a cumprir metas que podem ter bons resultados. O nosso Plano para a Inclusão

terá que estar pronto em Junho (é já uma 1ª meta que temos que cumprir e que não é fácil!) e implica que vai estar assente em 4 pilares, 4 objectivos acordados na cimeira de Nice. O primeiro, é a promoção do emprego e do acesso a todos os serviços: saúde, educação, etc. O segundo pilar, assenta no desejo de promover e garantir a sustentabilidade futura dos sistemas de protecção social. Estes dois objectivos são de prevenção da pobreza. O terceiro objectivo é de ataque ao stock, quer dizer, são medidas de reinserção dos grupos que já se encontram em situação de exclusão. O quarto pilar tem a ver com a mobilização dos actores para o combate à exclusão. Este plano não é um plano de políticas sociais, mas um plano que vai ter preocupações em todas as áreas da política. Nas áreas de emprego, devo dizer que, um bocado por causa das redes regionais para o emprego que existem a nível de todo o país, Portugal tem dos melhores desempenhos da Europa em termos de prevenção do desemprego, na medida em que os nossos serviços estão obrigados a não deixar nenhum jovem desempregado mais de 6 meses, nem nenhum adulto desempregado mais de 1 ano, sem uma resposta. São as redes que estão a sustentar esta resposta. É uma das metas que temos de cumprir, no plano da Europa e, daí, não têm vindo críticas. Vêm doutras, mas não dessa. Há medidas ligadas ao mercado social de emprego; há formação especial para os desfavorecidos, medidas ligadas ao trabalho, nomeadamente tem a ver com a qualidade do trabalho. Nós não queremos criar um mundo do *work fair* em vez de *well fair*, isto é, criar um mercado de trabalho secundário, de baixa qualidade, para colocar os pobres: “*Se queres receber um subsídio tens que ir trabalhar ali, para aquilo que ninguém quer fazer!*” Não é isso que se pretende. Há medidas ligadas à qualidade do trabalho, medidas de formação, nomeadamente de formação especial, mas, também, de formação ao longo da vida - o lançamento de um plano para aprendizagem ao longo da vida -, medidas no plano da saúde. O desafio que é feito às pessoas que pensam sobre a saúde, é saber até que ponto é que nós podemos aplicar, neste campo, medidas de diferenciação positiva que já aplicámos noutros campos. Porque, é verdade que os pobres estão mais que sujeitos ao risco. Basta ver o que acontece quando há cheias, “*quem é que paga e quais são as casas que vão pela água abaixo?*”. No campo da habitação, temos medidas de diferenciação positiva das políticas de habitação social e reabilitação urbana e reconversão dos bairros sociais. Um trabalho muito difícil que vai levar bastante tempo a fazer. No campo da protecção social, temos a diferenciação positiva das pensões mais degradadas. No emprego, temos estas medidas do mercado social do emprego que permite o acesso às

peças que não têm qualificações e que têm mais dificuldade de inserção. Na saúde, o máximo que se ouve é que é preciso pôr o sistema nacional de saúde a funcionar para todos. Já seria, obviamente, um grande resultado. Mas acho que teríamos também de pensar como é que, para além disso, poderemos dar mais saúde, prestar mais serviços e de melhor qualidade às pessoas, as quais, exactamente por terem um capital de saúde mais baixo, estão confrontados com a necessidade de receber serviços mais diferenciados do que as outras e a eles não têm acesso. Os serviços sociais são um bom exemplo - as "Creches 2000" ou o "Serviço a Idosos" -, ao recurso a soluções imaginosas, como aquelas que o Prof. Correia de Campos referiu; em vez de serem os grandes lares de idosos a prestar serviços aos idosos, mobilizar a vizinhança para prestar, a troco de um ordenado, esses serviços de proximidade. Há várias soluções desse género com problemas de implementação no terreno, mas, enfim, as soluções conhecem-se.

O segredo deste plano é que vai transformar este conjunto de políticas num *mainstreaming*, como se diz agora. Vão dar a estas políticas um carácter de transversalidade em relação a todos os sectores, comprometendo todos os sectores e, principalmente, mobilizando um conjunto vasto de actores. Aqui, os geógrafos, juntamente com outras disciplinas, obviamente, são essenciais. Porque a questão da territorialidade vai ser decisiva, tal como vai ser decisiva a questão do planeamento. A aproximação às pessoas está a ser feita, por exemplo, através da implementação de um programa, as "Redes Sociais", através das quais as Câmaras promovem, elas próprias, a integração das políticas na área do seu concelho e a integração dos actores na área do seu concelho, no sentido de estabelecerem, e depois conduzirem, planos de desenvolvimento social. Os planos de desenvolvimento social são planos que, na questão da territorialidade, têm uma relevância decisiva. As áreas dos territórios têm as suas especificidades e, portanto, há aqui uma sensibilidade ao território que vai ser necessariamente convocada. Este plano pode ser uma inovação importante no processo político. Não apenas por causa desta pressão que lhe está conotada pelo facto de ser um plano que vai ser avaliado pela Europa (à qual vão estar associadas recomendações, penalizações aos Estados que não cumprirem com aquilo que é acordado entre todos) mas, também, por outras razões que têm a ver com a prioridade ao combate da exclusão social. Não porque nós tenhamos que fazer de cada jovem português um *Bill Clinton* em potência! Até porque, depois, tínhamos que pensar nas coitadas das *Hilarias!* E, provavelmente, elas não aceitariam estar todas casadas com *Bill Clintons*. Mas por razões de ordem moral, porque na nossa sociedade, de facto, há valores que

são orientados pela Igualdade e pela Fraternidade. As nossas cidades, a partir da Revolução Francesa e, principalmente, a partir do modelo social europeu, passaram a conviver mal com a ideia de que têm pobres entre elas. Por razões morais, por razões de afirmação de valores gerais, por razões económicas, que foram aqui salientadas. Nós não podemos modernizar o nosso tecido económico, que implica flexibilizar o trabalho, se as pessoas não sentirem que podem ter segurança e, essa segurança, podem-lhes ser transmitida pelos sistemas de protecção e pelos sistemas de apoio ao rendimento. A flexibilidade que é necessária à inovação económica tem que estar ligada ao desenvolvimento de sistemas de segurança que garantam às pessoas gerir as suas carreiras profissionais com o sentimento que estão a contribuir mas, também, que a sociedade lhes assegura o seu futuro. Hoje em dia, na sociedade do conhecimento e na sociedade da informação, cada vez mais o capital humano é o capital mais decisivo. Portanto, a qualidade da sociedade (porque o capital humano não é mais, senão as pessoas! É a sociedade!), é o principal activo económico nas nossas sociedades. Parece que temos de fazer crescer as nossas taxas de emprego e, para sustentarmos as pensões no futuro, temos também de fazer crescer as nossas taxas de emprego, o que quer dizer 3 coisas: 1ª. Integrar bem imigrantes; 2ª. Promover as possibilidades de acesso, ainda maior, das mulheres ao emprego e, também, ir buscar aquele *stock* de 6 ou 7% da nossa população que teria, por razões de idade e de saúde, condições para trabalhar, mas que não trabalha porque a sua relação com a sociedade foi de tal maneira degradada que não estão em condições de dar um contributo positivo à sociedade; 3ª. Por fim, precisamos de combater a pobreza por razões de governabilidade, que passam por questões como o sentimento de segurança, acesso à saúde, etc.

Por estas razões todas, eu penso que há um esforço da sociedade que vai estar implicado com isto tudo e, certamente, as dimensões territoriais deste esforço hão-de obrigar a convocar determinado tipo de competências que os geógrafos nalguns casos já têm dado (e já agora, também os sociólogos) e poderão vir a dar, ainda mais, no futuro.

José António Bandeirinha - No que diz respeito à função dos geógrafos - não fazendo um esforço de concisão funcionalista e tentando objectivar aquilo que, na minha perspectiva e defendendo algumas das minhas causas, penso -, eu vou tentar dizer sucintamente, até porque também já é tarde e não queria abusar da vossa paciência. Portugal é o país da União Europeia que, juntamente com a Grécia, tem uma maior polarização urbana, no caso concreto, uma bipolarização. É um país onde a rede de

idades intermédias se está, sistematicamente e de ano para ano, a dissimular, a desaparecer num fosso de... suburbana. Cada uma das cidades intermédias, das cidades que não são as duas metrópoles, do Norte e do Sul, começam a ser gradualmente subúrbios, mais ou menos afastados, dessas duas metrópoles. Quais os factores que contribuem para isto? Eu penso que há uma forte pressão, uma espécie de aspiração de todas as actividades e de todos os quadros por excelência que se produzem nas cidades ditas de província para esses pólos, para Lisboa e para o Porto. Há também um forte apoio institucional, nos últimos anos, a essa bipolarização.

Eu penso que uma das possibilidades de mediação dos geógrafos é pensar que esta situação tem de ser invertida através, por exemplo, da qualificação dos espaços urbanos. Tenho ouvido dizer alguns impropérios demagógicos de políticos em relação, por exemplo, à requalificação urbana da cidade do Porto, que neste momento tem dado uma vibração mediática muito forte, mas que eu convido, todos esses impropérios, a serem pronunciados daqui a 4 ou 5 anos. Gostava de estar ao pé deles e gostava de os ver! A função dos geógrafos também está na criação de uma rede de cidades. De cidades! Acho que muitas destas coisas passam pela rede urbana, porque sob o ponto de vista cultural é importante que as cidades se fortaleçam, contemplando uma rede maior, mais abrangente, mais sistemática, a trabalhar de forma mais solidária. Penso que o facto de não existir essa rede solidária de cidades, é um dos factores primordiais para a desconfiança que os portugueses depositaram, quando foram inquiridos sobre a questão da regionalização. Estou plenamente convencido disso, embora gostasse de discutir isso com outras pessoas que possam pensar o contrário.

Paula Santana - Muito obrigado a todos. Antes de passar à discussão, gostava de deixar aqui algumas notas, muito breves, que marcaram esta mesa redonda. Falou-se que entre 95 e 96 houve um decréscimo de 3% (23 para 20%) na taxa de pobreza. Apesar deste facto, continuamos quase nos primeiros lugares relativamente à taxa de pobreza na União Europeia (média Europeia em 96: 17%). Em Portugal têm vindo a ser criados vários instrumentos (com destaque para o RMG) que podem ajudar a que a situação nacional venha a melhorar, tanto na pobreza relativa como na exclusão social. Todavia, há ainda muito a fazer quer ao nível das políticas sectoriais (saúde, emprego, educação, habitação) quer na integração intersectorial e territorial das mesmas, como aqui foi dito claramente por todos os convidados. Este facto foi ilustrado na Região Centro com grande convicção pela Senhora Professora Lina Coelho. A participação dos Geógrafos neste campo é essencial porque a “sensibilidade ao

território vai ser necessariamente convocada”, como nos disse o Senhor Professor Luís Capucha, o que não tem acontecido até aqui, de forma generalizada.

Penso que haverá questões, temos alguns minutos para intervenções, portanto passamos a palavra aos colegas.

PRIMEIRA INTERVENÇÃO:

Fernanda Cravidão – Gostava, em primeiro lugar, de cumprimentar todos os membros da mesa. Sei que é tarde. Mas eu ouvi com muita atenção todas as intervenções e não resisto a colocar alto algumas das anotações que fui tomando ao longo destas 2 horas de intervenção dos membros que compõem esta mesa. O 1º comentário que gostava de fazer é o seguinte: penso que, pelo que se ouviu aqui hoje (se calhar é um sentimento de todos nós), há alguma situação de desalento embora, as últimas intervenções não tenham sido nesse sentido. Desalento porquê? Enfim, penso que nós, Portugal, nunca soubemos muito bem construir um modelo de desenvolvimento. Nós sabemos todos o que não queremos, mas não sei se sabemos bem o que queremos! Eu julgo que o país há muitos anos procura um modelo de desenvolvimento sustentado e ainda não o encontrou. Se calhar, alguns de nós que aqui estamos, e os outros que não estão, somos todos co-responsáveis; muito mais nós, que tivemos acesso à educação, à formação científica. Por um dever de cidadania, deveríamos tê-lo feito de uma forma muito mais participada! Agora o que eu penso é que, de facto, nós há muitos anos que nos debatemos com estas questões. E com outras! No fundo, o país ainda não encontrou o modelo que tem de ser cada vez mais flexível, como aqui foi dito, um modelo de desenvolvimento sustentado para caminhar cada vez mais flexível. Uma das razões tem a ver com a mobilidade e, não vou entrar aqui, porque não cabe a mim estar a fazer nenhuma intervenção de fundo. Estas novas formas de mobilidade e que nós hoje sabemos que são 200 mil, não sabemos se daqui a 10 anos é um milhão se são 2 milhões. São situações que podem alterar completamente a nossa estrutura demográfica interna. Depois, foi aqui dito pelo Professor Luís Capucha, já na parte final (e já passarei a questões mais pontuais) que a questão territorial vai ser decisiva. Eu não penso que vai ser, eu acho que sempre foi! Só que, se calhar, só tarde é que se verificou isso. E daí, se calhar, só agora (e não é de há 5, 10 anos!) é que alguns dos responsáveis notaram que nas licenciaturas há geógrafos com determinada formação! É evidente que eu sou Geógrafa e estou aqui a falar como Geógrafa. A questão do território tem sido fundamental porque, se calhar, não tínhamos as formas de explosão territorial que temos se essa visão tivesse sido há já mais tempo (isto tem que ver com o tal modelo de desenvolvimento que,

provavelmente, nós não sabemos muito bem para onde queremos ir).

As questões são as seguintes:

1 – O Senhor Professor Luís Capucha, na primeira intervenção, afirmou que a pobreza tem diminuído. Em parte estou de acordo. Que tipo de pobreza é que tem diminuído?

2 - Depois há uma outra questão que tem a ver com o rendimento mínimo. O rendimento mínimo garantido também não é um indicador de pobreza?

3 - Como vamos gerir a pobreza quando se acabarem os fundos comunitários, que bem ou mal têm conseguido criar algum tecido empresarial, dar emprego, etc? Quando acabarmos de receber os fundos da comunidade, como vamos gerir a pobreza?

4 - O Professor Nuno Grande associou o sistema de saúde que temos, ou que não temos, e a partir dele ver, quem são os pobres? Que tipo de país temos?

5 - O Prof. Correia de Campos (já não está mas não é deselegante colocar esta questão) disse que nós temos um sistema de ensino discriminatório. E eu pergunto que país é que estamos a construir? Se temos um sistema de saúde pelo qual podemos ter um espelho dos pobres, se temos um sistema de ensino que é discriminatório (embora eu pessoalmente não me reveja, como Europeia, no modelo Americano), mas de qualquer modo, se é discriminatório, então que país é que estamos a construir?

6 - A Doutora Lina dizia que (e isto vem entroncar no mesmo raciocínio), não estamos muito bem e, julgo que foi a frase que referiu; não estamos muito bem nas perspectivas que se colocam para a integração das políticas. Há sempre aqui um discurso negativo! Para onde é que caminhamos?

7 – Foi afirmado, e termino já por aqui (porque estamos numa mesa que é subordinada ao tema “Pobreza e Exclusão Social”), os pobres têm os mesmos direitos! Aí estamos todos de acordo! Só que não têm o mesmo acesso à informação, só que não têm o mesmo acesso à educação, só que não têm o mesmo acesso à saúde! O que acontece é que os pobres são sempre os primeiros a ser os excluídos! E isso é o que nós temos que impedir.

SEGUNDA INTERVENÇÃO:

Não identificada - A questão que eu gostaria de colocar é a seguinte: - Quais são os factores que poderão estar na base de, apesar de se ter verificado uma diminuição, pelo menos aparente, da pobreza, ao mesmo tempo se ter observado um aumento da população considerada muito pobre?

TERCEIRA INTERVENÇÃO:

Não identificada - Dirijo esta pergunta ao Senhor Professor Nuno Grande: - Será que a regionalização é a tábuca de salvação para a pobreza e a exclusão social? E, a nível pessoal, gosto muito dos artigos que o Senhor Professor escreve.

RESPOSTAS:

Nuno Grande - De facto a questão que levantou é fundamental. Quando nós olhamos para o padrão da relação entre o sistema de saúde português, especialmente o serviço nacional, e a qualidade social e económica de quem os procura, não há um paralelismo absoluto entre o ter dinheiro e chegar ao sistema público. Não há! Há, ao lado do dinheiro e, talvez até neste caso concreto ainda acima do dinheiro, o privilegio e a discriminação social que é séria. O conhecer alguém no hospital, como disse o Professor Correia de Campos, especialmente quando falamos das grandes estruturas da saúde, é mais importante que ter dinheiro. Eu lembro-me, há bastantes anos atrás (e isto felizmente modificou alguma coisa), eu tinha um afilhado que vivia perto de um hospital e que ele visitava regularmente porque o rapaz era doente. Um dia eu sou esperado à porta, por uma pessoa que vivia num bairro social, em frente à casa desse meu afilhado, dizendo: “*Eu dou-lhe mil escudos* (isto passa-se nos anos 75/76, em que mil escudos era dinheiro!), *se o sr. fizer o favor de telefonar para o Hospital de S. João, para o serviço tal, onde a minha mulher está internada, só para dizer que a conhece. Mais nada!*”. Esta história é enigmática. De facto, há aqui uma pobreza que é a pobreza da discriminação social, que é intolerável, no meu ponto de vista, e que nós temos de combater de alguma maneira. Ela passa por esta forma de pobreza, que é não ter privilégios e não ser susceptível de beneficiar do tráfico de influências que o sistema de saúde tem em Portugal.

Como é que isto se resolve? Tentando consciencializar os profissionais, mas tentando também consciencializar as pessoas. As pessoas têm que ter a garantia e têm que saber reivindicar. E, a verdade é que também não sabem reivindicar! Fazem-se muitas vezes petições, completamente anómalas e que não têm a ver com a nossa realidade, mas sim com outra realidade. Agora, de modo algum eu quero comparar-me com os Estados Unidos. Os Estados Unidos têm dos piores serviços de saúde do mundo! Dos piores! Neste momento, nos Estados Unidos há 50 mil crianças que não têm nenhuma vacina! Apesar de ser o país que é! Há mesmo um juiz que assumiu, no Supremo Tribunal, reivindicar o direito a todas as crianças de serem vacinadas. Era afro-americano. Esteve 13 anos para tomar posse do lugar! Dá isto a ideia de que o sistema não tem que ver

com a capacidade financeira apenas; tem que ver, principalmente, com as outras qualidades e defeitos, aquilo a que podemos chamar a exclusão social, ela própria! É evidente, eu estou convencido, que os muito pobres aumentaram mesmo; e aumentaram muito, os muito pobres. Eu chego a perguntar-me se há contemporaneidade nalguns estratos sociais. Isto é, se alguns indivíduos que nasceram ao mesmo tempo que eu, são meus contemporâneos?! Eles não têm acesso àquilo que eu tenho! Normalmente, não são meus contemporâneos. Estão nos anos 40, ainda! Aliás até já escrevi isso.

Relativamente à regionalização, é evidente que a regionalização não é uma panaceia. Agora o centralismo, tal como está é, concerteza, um mal, e um mal feroz. Noutra dia dei-me ao trabalho de classificar o número de vezes que o meu Reitor tem que ir a Lisboa para trazer um problema resolvido. Um problema corrente. Sete vezes e meia!!! Sete vezes e meia para tratar um problema corrente! Não é para resolver os grandes problemas! E isto custa dinheiro, custa tempo; essencialmente desmotiva! O grande problema do sistema social, como o que vivemos neste momento, é que desmotiva. Há uma sensação (eu pelo menos tenho essa sensação), e muitas pessoas me têm dito que: "*bom, resta-nos esperar que alguém resolva os problemas por nós*"! Quando nós reivindicamos a resolução das coisas, o que nos dizem é que: "Vá aguardando; Aguardemos; Vamos tentar; daqui a algum tempo, se...!". Eu creio que se o poder administrativo, pelo menos, estivesse verdadeiramente regionalizado, com a tal capacidade integrativa para trabalhar os diversos sectores sociais para os mesmos problemas, não é uma panaceia, mas ajudava muito a resolver os problemas. Quando me lembro que, neste momento, há 5 Ministérios que tomam conta do Monte de Santa Luzia em Viana (para qualquer acção no Monte de Santa Luzia é preciso consultar 5 ministros!), fico cheio de medo.

Lina Coelho - Queria só deixar duas ou três notas. Antes de mais gostava de deixar claro, para a minha própria auto estima que, quando eu digo que gostava de viver num país onde houvesse muitos *Bill Clintons* não queria ter os custos que a sociedade Norte Americana tem, em termos sociais, evidentemente. Queria aquele aspecto em concreto. Porque penso que podia ser muito virtuoso que nós tivéssemos outro modo mais criativo de construção das elites, de construção das lideranças. É muito importante, creio eu, que as elites de um país possam vir do povo, no verdadeiro sentido e, não se reproduzam, sistematicamente, a partir de estratos que mantêm o poder ao longo de gerações. Relativamente à questão que a Professora Fernanda Gravidão punha acerca do modelo de desenvolvimento, eu creio que mais grave até do que isso,

é a capacidade em nos organizarmos para prosseguir o que queremos. Eu acho que nós somos uma sociedade com uma dificuldade enorme em matéria de organização. E esse é um e, provavelmente, o nosso pior defeito! Porque se soubéssemos planejar, antes de mais, e organizar para prosseguir as metas a seguir, de forma conveniente, provavelmente, não teríamos muitos dos problemas que temos.

Eu não percebo como é que é possível que tenhamos chegado à situação de escassez de médicos que temos. Como?! Não percebo! É de uma cegueira, de uma ausência de planeamento, de uma ausência de perspectiva demasiado flagrante! E nem tem que ver com a concepção do modelo de desenvolvimento. Tem a ver apenas com projecção de tendências que os geógrafos sabem, concerteza, fazer muito bem. Portanto, creio que o modelo de organização, quando eu dizia, com um tom talvez desalentado (porque apesar de tudo, uma pessoa às vezes cansa-se), que não há condições para integrar as políticas, de facto, o que é preciso é reformar a administração. Não tenho dúvida. É preciso fazer uma reforma da administração que faça coincidir os mapas. Que o mapa da Segurança Social seja o mesmo do Emprego, o mesmo da Saúde! Porque não é assim! Começa logo por uma coisa tão simples como esta. Mas isto não basta! Fazer coincidir os mapas, não basta! É preciso depois criar mecanismos de articulação das diferentes políticas, em termos regionais. Isto pode-se fazer! É difícil, há interesses instalados, põem-se questões: "Tem custos?" Seguramente. Mas se não se fizer, então é que nunca mais lá chegamos! Isto só para dizer que há uma questão de organização do país, de organização das políticas, que não é impossível de superar. Com certeza que temos capacidade para isso! Tem que haver é coragem política!

Luís Capucha - Eu tentava, talvez, juntar 3 das questões que foram colocadas e responder depois a uma outra. As 3 que eu juntaria, foram colocadas pela Prof. Fernanda Cravidão e pela nossa colega que não tenho o prazer de saber o nome, (vossa aluna).

As questões eram "*Que tipo de pobreza tem diminuído em Portugal, se o rendimento mínimo garantido é ou não indicativo de pobreza e, depois, porque é que têm aumentado os muito pobres*". A este conjunto de questões eu responderia em dois tempos. Primeiro, não sei se o grupo dos muitos pobres tem aumentado. Tenho sérias dúvidas que tenha aumentado. Pelo contrário, tem diminuído exactamente pelo efeito do RMG. Só um exemplo apenas. Andámos todos a dizer que era grande a proporção e estava a aumentar, extraordinariamente, o número dos "sem abrigo", nomeadamente nas grandes cidades e em Lisboa. E todos nós andámos a funcionar com cál-

culos, realizados por uma equipa de investigadores que trabalham desde a primeira hora com a Professora Manuela Silva. São os pioneiros nesta história que diziam que “os sem abrigo na cidade de Lisboa deviam ser uns 5 mil” e, estaria a aumentar o número. Entretanto o LNEC fez um levantamento exaustivo em Lisboa (a equipa de Ecologia Social do LNEC) fez um estudo exaustivo, rua a rua em Lisboa e encontrou à volta de 1.400! Trata-se de um daqueles fenómenos em que a realidade tem uma presença muito maior nas consciências, do que aquela que realmente tem. O que não quer dizer que, para cada um daqueles “sem abrigo”, a situação não seja extremamente grave; o que não quer dizer que, quem manda na cidade de Lisboa e quem manda no País, e todos nós, ao fim e ao cabo, não tenhamos que estar extraordinariamente preocupados com “aquela pessoa”, nem que seja só um! A verdade é que o número não era tão grande. Por outro lado, o RMG tem tido um impacto significativo, precisamente sobre os mais pobres. O RMG (para terem uma ideia, o valor por adulto equivalente, é cerca de 23 contos/mês, o que quer dizer que têm direito àquele benefício; e o valor do subsídio é igual à diferença entre o rendimento da família e os 23 contos/mês, mais ou menos), é o valor da pensão social. Quer dizer que estamos a falar de pessoas que têm, no máximo, metade do nível de pobreza e estão na parte mais baixa, de entre os pobres! São essas pessoas que têm recebido esse subsídio. Por outro lado, ao contrário do que disse aqui há pouco tempo a direita, estamos a atingir níveis de abrangência que está próxima das melhores projecções que havia, feitas anteriormente por equipas, nomeadamente de investigadores do ISEG, como Carlos Fortuna e José Pereirinha. Estamos, portanto, a atingir aqueles, entre os 3 e os 4% da população, que sempre se pensou que seriam as pessoas de menores rendimentos. E, por outro lado, depois das críticas que foram feitas precisamente pela direita e, também, depois, por uma certa direita institucional que está sediada no tribunal de contas, que atacou de uma forma absolutamente desca-belada e cientificamente inqualificável o RMG, houve um enorme esforço de fiscalização e, foi-se ver que afinal a fraude, quer dizer, os pagamentos indevidos, não ultrapassavam 10%. Portanto, aqueles casos que aparecem sempre nos jornais, “o indivíduo vai receber o rendimento mínimo sem o merecer”, de facto, não ultrapassa 10%. Quer dizer que não tem nada a ver, por exemplo, com a fraude fiscal! A dimensão da fraude, nesta medida, é uma coisa absolutamente insignificante! O que quero dizer é que, do meu ponto de vista, os muito pobres não têm aumentado porque estão contemplados pelo RMG!

A segunda parte da questão: Como disse no início desta mesa redonda, o nível de abrangência do RMG é um indicador significativo dos níveis de pobreza mais

extrema e é, também, um indicador de outra coisa, que é a capacidade do sistema de fornecer respostas para a saída desses níveis de pobreza. Porque o RMG implica a sociedade a fornecer respostas, fornecer oportunidades para as pessoas poderem assinar um contrato para se inserirem num programa de inserção. Aqui a ideia é que as oportunidades sejam coisas que as pessoas possam cumprir, que estejam ao seu alcance. Não é a obrigá-las a fazer coisas que não estão ao seu alcance e, portanto, é também um teste à capacidade do sistema. Dizendo isto, sou também obrigado a transmitir-vos a minha ideia de que a pobreza tem alterado de alguma forma o seu perfil, de maneira a dar ideia que as situações se agravaram. E, de facto, agravaram-se. Porque, e, já agora, também para tocar num problema que foi aqui aflorado durante a tarde, e que tem a ver com o conceito de exclusão social, é que o conceito de exclusão social teve sempre dois entendimentos - conceito de exclusão social, enquanto “não acesso a direitos de cidadania” (direito à saúde, direito ao emprego, direito à educação, direito à cultura). Portanto, estariam em situação de exclusão os pobres, por não lhes ser oferecida a oportunidade de participar nos direitos comuns à sociedade, direitos de cidadania. Isto é, digamos assim, uma visão anglo-saxónica que eu prefiro e esta ideia está muito próxima, aliás, do conceito de pobreza relativa. Pode entender-se ainda, dentro da ideologia francesa, o conceito de exclusão social para a ideia de diluição, desagregação dos laços sociais. Diluição da solidariedade para com as comunidades de desenvolvimento e com as comunidades que fazem a intermediação entre o indivíduo, a sociedade e as instituições. Portanto, dir-se-ia que, segundo este conceito, estão em exclusão social as pessoas que vão perdendo laços com a sociedade. Chama-se a isso desafiliação. Outros chamam desqualificação social. Portanto, vários nomes que se dá a esse processo que tem a ver com este fenómeno de rotura dos laços sociais. E é esse fenómeno (que é particularmente grave no ponto de vista de pobreza e no ponto de vista das condições de vida das pessoas) que, provavelmente, em certos sectores da população, está de alguma maneira a aumentar. Quer dizer: à medida que o nosso País se vai modernizando e a pobreza vai diminuindo, principalmente naquelas categorias mais tradicionais; por outro lado, há fenómenos que têm a ver com a própria transformação das sociabilidades e dos mecanismos de integração e dos mecanismos de coesão social, portanto, de integração social nas sociedades modernas, que tendem a tornar mais frágeis determinado tipo de laços e que tendem a fazer com que as pessoas que vêem esses laços serem rompidos, fiquem sem as tradicionais ajudas de proximidade de família, da comunidade, etc. Em momentos anteriores, ou em sociedades tradicionais, essas mesmas situações tinham o apoio das

peças da família ou da vizinhança. É por causa da ruptura de laços com a sociedade que ganham uma grande visibilidade fenómenos como “os sem abrigo”, que em grande medida, hoje em dia, são o resultado, como a toxicoddependência (quando falo de toxicoddependência também não é da toxicoddependência toda, é principalmente da heroínomania, que é o principal factor de diluição dos laços sociais), por exemplo.

Fenómenos deste tipo, sim, estão a crescer a um ritmo que exige um tipo de actuação especial. Essa sim, de muita proximidade, muito integrada territorialmente e muito efectiva do ponto de vista das oportunidades que, efectivamente, oferecem às pessoas.

Quanto à questão dos fundos comunitários: o que acontece quando acabarem os fundos comunitários? Nós temos no horizonte 5 anos para gastar algum dinheiro que, às vezes, também não é tanto como se pensa! Será para aí uns 3% do PIB, o que está disponível por ano. São 3 anos. Eu estou habituado a ouvir alguns políticos que dizem que uma das coisas que tem faltado à sociedade portuguesa é “um projecto sociedade”. Um projecto sociedade que seja comum a todas as classes, às elites e ao povo, à esquerda e à direita, que seja mobilizador, que seja integrador das diferenças, das divergências que atravessam as diversas clivagens, que atravessam o tecido social. Talvez! Tenho dúvidas a esse respeito. Tenho ideia que a nossa sociedade está confrontada com um período de viragem, que é complicado. Isto tem a ver com 2 coisas, que se me der mais um minutinho, eu tentarei abordar esse assunto.

Em síntese: eu acho que há 3 ou 4 desafios. Isto, para usar uma expressão da qual não gosto muito – desafios. Temos, então 5 anos para operar, a sério, na reconversão do tecido económico. Cinco anos para transferir os factores de competitividade daquilo que neste momento a sustenta, e que são os baixos salários, para factores de inovação, quer no processo, quer no produto. Reorganização do trabalho e do sistema de emprego, que permita aumentar os factores de competitividade, associados à inovação. É decisiva esta questão! Não depende do Estado, basicamente - o Estado cria condições. Depende dos agentes económicos em primeiro de tudo, para revelarmos, a sério, a ideia de que isto é uma sociedade de mercado e não uma sociedade de Estado. O Estado tem um papel, sem ele não se cumpre. Se calhar, até, um bom cumprimento desse papel não passa por uma retirada dos compromissos do Estado com aquilo que são as políticas públicas; se calhar, passará por, efectivamente, uma melhor focalização e uma maior eficiência na utilização dos recursos. Depois, temos aquela que, para mim, é a pedra toque, que é a capacidade de pôr as pessoas a aprender. Não é só nas escolas! É preciso reformar o sistema de ensino, no sentido de passar dos baixíssimos

níveis que nós temos actualmente, de prática de aprendizagem ao longo da vida, para níveis satisfatórios de aprendizagem, ao longo da vida. Como se sabe, é difícil. Porque as pessoas aprendem tanto mais quanto fizerem uma boa aprendizagem. Quer dizer, as pessoas quanto mais sabem e quanto mais aprenderam, mais se envolvem em acções de aprendizagem. Quando nós partimos de uma base muito baixa, obviamente temos aqui dificuldades acrescidas. Se fosse possível, se não tivéssemos custos políticos associados a estas coisas, que depois limitam muito nas actividades de actuação, o que era bom, era que nós fizéssemos, como fizeram os antepassados das cidades europeias, há já alguns anos, que tornaram compulsiva a escolaridade obrigatória. Disseram, tornaram lei, a ideia de que todas as crianças tinham que ir para a escola! Foi difícil porque as famílias precisavam das crianças para trabalhar na agricultura...: “para que é que elas vão ter que aprender?”, mas depois lá se conseguiu! E os Estados que fizeram isso a sério, neste momento levam 50 anos de avanço em termos de níveis de ensino relativamente a Portugal! Se calhar, o que nós precisávamos era da capacidade para tornar compulsiva a aprendizagem ao longo da vida e de arranjar maneira de dizer: “não senhor, todas as pessoas, todos os portugueses, têm que passar todos os anos, pelo menos um mês, a aprender!”. A aprender, ou a reatualizar conhecimentos, ou qualquer coisa desse género. Como não é previsível que passe uma lei na Assembleia e que tenha previamente o acordo dos parceiros sociais, a dizer isso, temos de arranjar formas mais expeditas para atingir níveis, minimamente adequados, de aprendizagem ao longo da vida. O acordo de concertação social que foi (de médio alcance sobre esta matéria) assinado recentemente, teve uma série de medidas concretas que, a serem efectivadas, poderão dar um contributo neste sentido. Mas, toda a gente, nomeadamente os empresários, os sindicatos, o Estado e as famílias, devem assumir a ideia que temos de voltar à escola, no sentido de que tudo pode servir para aprender, todas as experiências de vida podem servir para aprender. Se nós não conseguirmos fazer isso, a sério, no prazo de cinco anos, provavelmente vamos sentir muita falta dos fundos comunitários! Mas se conseguirmos estas duas coisas, reconversão sectorial e qualificação da população, poderemos cumprir o objectivo de garantir um crescimento do produto bastante superior àquele que se prevê que seja o crescimento do produto para a Europa nos próximos 10 anos, e que é de 3%.

Segundo o objectivo de Lisboa, se nós crescermos a um nível que, conforme está estabelecido no Programa de Desenvolvimento Económico e Social, é de atingirmos os níveis médios europeus no prazo de uma geração (isso implicaria que o nosso produto crescesse à média de 3,5 e

4 %, nos próximos 10 anos), então provavelmente nós teríamos um excedente que permitiria desenvolver as políticas que actualmente estamos a desenvolver com os fundos estruturais, de uma forma autónoma. Principalmente se conseguirmos criar maior equidade, nomeadamente, no sistema fiscal. Se a gente disser que vai reformar, não reforma coisa nenhuma. Toda a gente diz: “Reformar, quer dizer o quê?” Para uns quer dizer “despedir” para outros quer dizer “pôr a trabalhar” para os outros “obrigar a falar com as pessoas que não se gosta”.

A reforma do Estado faz-se sem se dizer que se está a fazer! Não há outra maneira, do meu ponto de vista. Agora, há uma que tem que se fazer e tem que se dizer que se está a fazer. Tem que se mobilizar as pessoas para o sentido social de justiça que está subjacente, que é a

reforma fiscal. Se nós conseguíssemos introduzir “equidade fiscal” no nosso sistema, provavelmente, ia-nos sobrar dinheiro para enfrentarmos o impacto da retirada dos fundos estruturais! E agora também, as minhas desculpas por tanto me ter alongado.

Paula Santana - Vamos encerrar esta Mesa Redonda, desejando que as apresentações e debates que aconteceram durante estes dois dias possam servir de reflexão a todos - Geógrafos e outros profissionais – os que participam na preparação de políticas e no planeamento local e regional.

Muito obrigado a todos!